



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARLETE MARTINS TEIXEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INFÂNCIA:
A importância deste debate no Centro Infantil Professora Irene
Brelaz, em Jacareacanga-PA**

ITAITUBA-PA

2022

MARLETE MARTINS TEIXEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INFÂNCIA:
A importância deste debate no Centro Infantil Professora Irene
Brelaz, em Jacareacanga-PA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Faculdade de Itaituba para
obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientadora:
Prof^a Mestra Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

ITAITUBA-PA

2022

TEXEIRA, Marlete Martins.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INFÂNCIA: A importância deste debate no Centro Infantil Professora Irene Brelaz, em Jacareacanga-PA/MARLETE MARTINS TEIXEIRA - Itaituba: CLPP da FAI, 2022.

59 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2022.

Orientadora: Prof^a Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Me.

1. Educação Ambiental. 2. Infância. I. RIBEIRO, Elina. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR-PA, 2022.

MARLETE MARTINS TEIXEIRA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INFÂNCIA:

**A A importância deste debate no Centro Infantil Professora Irene Brelaz, em
Jacareacanga-PA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Faculdade de Itaituba para
obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia,
sob a orientação da Profª Mestra Elina Renilde de
Oliveira Ribeiro.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora/Presidente da banca: _____ Nota: _____

Profª Me. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro

Avaliador: _____ Nota: _____

Prof. Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva

Avaliadora: _____ Nota: _____

Profª Esp. Edilane da Silva Melo

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, 05 de agosto de 2022.

Dedico este trabalho a meus familiares por todo ensinamento, acompanhamento e força diária em busca deste sonho. Grata a Deus pelo dom da vida e por me guiar e fortalecer minha caminhada!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu agradeço a Deus por me dar força coragem e sabedoria para que eu pudesse enfrentar as barreiras e dificuldades encontradas nesse curso.

A toda minha família pela parceria, incentivo e palavras que foram essenciais para continuar a batalha, com a locomoção até a cidade de Itaituba em busca de concretizar a graduação em Pedagogia.

Aos meus filhos, **Kelly Nayara** e **Phelipe Kaic** que me deram motivação para terminar, às vezes pensava em desistir, aguentava toda aquela rotina por vocês para que no futuro tenham orgulham de mim como mãe, mulher e profissional. Meu filho que se disponibilizou de ir até a Cidade do Paraná em busca dos meus documentos do ensino médio.

Aos meus professores que foram fundamentais, repassando sempre suas experiências com zelo para que no futuro possa também me tornar uma profissional com qualidade.

A minha orientadora, professora mestra **Elina Renilde Ribeiro** pela parceria paciência e auxílio nessa caminhada final. Obrigada por tudo que tens ensinado para assim ser uma excelente profissional.

A todos que participaram dessa pesquisa direta ou indiretamente, meu muito obrigada!

O melhor educador não é o que enxerga apenas o que é tangível aos olhos, mas o que vê o invisível. Não é o que desiste facilmente, mas o que estimula sempre a começar de novo.

(Augusto Cury)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo compreender a necessidade do debate da Educação Ambiental no cotidiano dos Centros de Educação Infantil, município de Jacareacanga-PA, como um referencial para o trabalho docente nessa fase da infância que deve ser estimulada e sensibilizada aos valores e respeito com a natureza. A busca em apresentar a Educação Ambiental desde a infância interfere no seu conhecimento diante desse assunto, e que no futuro eles sigam sobre a importância de preservar o meio ambiente. Em termos metodológicos, esse trabalho adotou uma abordagem qualitativa e por meio da pesquisa bibliográfica explorou diversos aspectos teóricos da temática ambiental e as implicações no cotidiano escolar, assim como efetuou uma pesquisa de campo em um Centro Infantil em Jacareacanga-PA em que ouviu doze educadores infantis por meio de um questionário. Conclui-se que os professores demonstraram ter dificuldades nos temas que abordam a Educação Ambiental. No currículo escolar a EA está para ser apresentada, mas pouco é utilizada, e os docentes buscam meios mais simples para promoverem suas aulas. Por fim, na escola pesquisada há ocorrência de ações educativas que sensibilizem a criança para o cuidado com o meio ambiente, mas ainda é insuficiente, deveria ser mais explorado e trabalhado para a promoção da sensibilização na preservação e manutenção do meio ambiente.

Palavras-Chaves: Educação Infantil. Infância. Educação Ambiental.

ABSTRACT

This study aims to understand the need for debate on Environmental Education in the daily life of Child Education Centers, municipality of Jacareacanga-PA, as a reference for teaching work in this phase of childhood that must be stimulated and sensitized to values and respect for the nature. The quest to present Environmental Education since childhood interferes with their knowledge on this subject, and that in the future they will follow on the importance of preserving the environment. In methodological terms, this work adopted a qualitative approach, and through bibliographic research, it explored several aspects of the environmental theme and the implications in the school routine. It is concluded that the teachers showed difficulties in the themes that approach Environmental Education. In the school curriculum, EE is about to be presented, but it is rarely used, and teachers are looking for simpler ways to promote their classes. Finally, in the researched school, there are educational actions that sensitize the child to care for the environment, but it is still insufficient, it should be further explored and worked on to promote awareness of the preservation and maintenance of the environment.

Keywords: Early Childhood Education. Childhood. Environmental education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Tempo de docência na Educação Infantil.....	42
Gráfico 2. Quando se fala de Educação Ambiental o que vem na sua mente?.....	44
Gráfico 3. Incentivo para desenvolver pequenos projetos ou atividades ambientais.....	46
Gráfico 4. Com que frequência é tratado sobre os temas ambientais em sala de aula?.....	47
Gráfico 5. Estratégias pedagógicas para trabalhar as questões ambientais.....	48
Gráfico 6. Desafios a serem superados na prática pedagógica em Educação Ambiental.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ARRANJOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	12
1.1 O MEIO AMBIENTE E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	12
1.2 PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	17
1.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA.....	23
2 DEBATE DO MEIO AMBIENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	28
2.1 A TEMÁTICA DO MEIO AMBIENTE NA BNCC.....	28
2.2 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL....	32
2.3 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE.....	37
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INFÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DESTE DEBATE NO CENTRO INFANTIL PROFESSORA IRENE BRELAZ, EM JACAREACANGA-PA.....	41
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	42
3.3 RELATOS DOS PROFESSORES.....	43
3.4 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE.....	58

INTRODUÇÃO

A escola é responsável pelo processo educacional do indivíduo e isso também envolve o encargo diante da sociedade. Com isso, a Educação Ambiental é inclusa nesse processo sensibilizando o aluno para que ocorra uma consciência crítica diante dos problemas ambientais. Desse modo, é fundamental sua aplicação na educação infantil uma vez que as crianças em momento de pensamentos e transformações de valores fará com que respeitem o meio ambiente e esteja sempre centrado no objetivo de preservar para que no futuro não sofra as consequências.

Diante desse contexto, este trabalho apresenta seu objetivo geral que é de compreender a necessidade do debate da Educação Ambiental no cotidiano dos Centros de Educação Infantil, município de Jacareacanga-PA, como um referencial para o trabalho docente nessa fase da infância que deve ser estimulada e sensibilizada aos valores e respeito com a natureza. A busca em apresentar a Educação Ambiental desde a infância interfere no seu conhecimento diante desse assunto e que no futuro eles sigam sobre a importância de preservar o meio ambiente.

Desse modo, para aprofundamento dessa temática, a pesquisa se baseou nos seguintes questionamentos que serviram de norte para o encaminhamento da investigação: Qual a percepção dos professores da educação infantil quanto à utilização dos temas da Educação Ambiental em suas aulas? No currículo das escolas de educação infantil tem espaço para o debate das questões ambientais? Nos Centros de Educação Infantil do município de Jacareacanga há ocorrência de ações educativas que sensibilizem a criança para o cuidado com o meio ambiente?

Em termos metodológicos, esse trabalho adotou uma abordagem qualitativa e por meio da pesquisa bibliográfica explorou diversos aspectos da temática ambiental e as implicações no cotidiano escolar. Para tanto, utilizou-se as obras de autores como: Alves (2013), Dias (2010), Jacob (2011), BNCC (BRASIL, 1998, 2017, 2018), Duarte (2014), Souza e Campos (2013), Pinto (2012), assim como as legislações brasileiras sobre a preservação do meio ambiente e a Educação Ambiental. Também foi efetuada uma pesquisa de campo em que se aplicou um questionário a doze professores que atuam na educação infantil do Centro Irene Brelaz, em Jacareacanga-PA.

Nesse seguimento, a estrutura dessa monografia contempla em seu primeiro capítulo sobre a educação ambiental e sua história e conceito, a Legislação Brasileira vigente e a educação ambiental na infância.

No segundo capítulo aborda a questão do debate do meio ambiente na educação infantil, a temática do meio ambiente na BNCC, estratégias pedagógicas para o conhecimento da educação ambiental e os desafios da educação ambiental na sociedade.

E, por fim, o terceiro capítulo destacando a caracterização do Centro Infantil onde foi realizada a pesquisa e aplicação do questionário, seguindo da demonstração da visão dos professores que atuam na educação infantil e como é desenvolvido o trabalho nessas turmas com o tema da Educação Ambiental.

1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ARRANJOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

1.1 O MEIO AMBIENTE E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A palavra ambiente refere-se à esfera, círculo e ao espaço em que vivemos em certo sentido, o significado da palavra “meio” já está incluído nele. Já diante do uso do termo “ambiente” pode ser considerado redundante. Porém, o mesmo autor alertou que o significado de determinados termos precisa ser fortalecido, pois expressam ideias mais amplas ou difusas e influenciam os legisladores a dar ao texto legislativo a maior exatidão possível. Nesse sentido, a legislação brasileira, inclusive as normas constitucionais, utiliza a expressão “meio ambiente” sendo o conjunto de elementos naturais e culturais que expressam o resultado da interação dessas informações, ou seja, “o ambiente é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que proporcionam o desenvolvimento equilibrado de toda a vida” (SILVA, 2014, p. 32).

Para efeito de ensino, o ambiente pode ser dividido em quatro áreas: natureza, cultura, artificial e trabalho, a natureza envolve diretamente a flora e a fauna, bem como a atmosfera, a água, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera e os recursos minerais, culturalmente referem-se aos elementos relacionados à formação de grupos de expressão étnica, criações artísticas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações em sentido amplo, cidades, paisagens, arqueologia, paleontologia, ecologia e grupos científicos. Nesse contexto cultural, inclui atividades como música, religião, literatura, teatro, dança e outras formas de expressão existentes.

O meio ambiente criado pelo homem representa o direito à felicidade e está relacionado às cidades sustentáveis e aos objetivos da política urbana, envolvendo espaços urbanos construídos pelo homem. Por fim, o foco do ambiente de trabalho é a segurança do pessoal no local de trabalho, incluindo saúde, prevenção de acidentes, dignidade humana, saúde e condições saudáveis de trabalho.

De acordo com Alves e Pinheiro (2015), o movimento de preservação do meio ambiente acontece em diferentes países. No Brasil, há diversas legislações que respaldam a sua prática tanto dentro das organizações quanto dentro de um ambiente educacional. As leis que respaldam a sua prática são Lei 6.938/1981 e a

que envolve a Política Nacional do Meio Ambiente, e a Lei 9.605/1998, que trata dos crimes ambientais.

No ano de 1930, o Poder Legislativo criou leis que se voltavam para proteção do meio ambiente. Em meados dos anos 1934, surgiu o Código Florestal com base no Decreto n. 23.793/1934 que tratava de restringir o desenvolvimento de matas, ou seja, florestas heterólogas, a três quartos da vegetação existente, ou 75% da área total da propriedade, que posteriormente foi substituído pela Lei Federal n. 4.771/1965 (SILVA, 2016).

Em meados dos anos 60, o Brasil obteve um crescimento voltado para o campo da legislação ambiental, com a elaboração e aprovação da Lei n. 4.504/1964 voltado para o Estatuto da Terra; Lei n. 5.197/67, Lei de proteção à Fauna; do Decreto n. 248/1967, que por sua vez também instituiu a Política Nacional do Saneamento Básico e de implantação de um Conselho Nacional de Controle de Poluição Ambiental (SANTOS, 2014).

Em 1981, a Lei n. 6.938/1981 foi estabelecida para trazer em sua legislação a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, trazendo em suas entrelinhas todos os objetos voltados para proteger o meio ambiente, considerando-o inclusive como patrimônio público de uso da coletividade, e que possui e deve ter a proteção do Poder Público (BRASIL, 1981). Desse modo, a PNMA discrimina no seu art. 2º, que o principal objetivo está voltado para a preservação, recuperação e garantia da qualidade ambiental voltada para a manutenção da vida na sociedade brasileira.

As Ordenações Filipinas foram concebidas para evitar rebeliões separatistas e a restauração da dinastia portuguesa, fato ocorrido em 1643, com a ascensão do povo Bragança, as ordenanças visavam à manutenção da ordem social, da escravidão e da hegemonia da fé católica. Agora, em um contexto marcado pela falta de direitos, grandes setores da sociedade foram desumanizados, e a violência extrema é a única maneira de exercer o controle. estão entre os primeiros ordenamentos voltados para a preservação do meio ambiente brasileiro. Essa por sua vez, tratou de proibir o uso de qualquer substância que causasse a morte de peixes em rios e mares (ALMEIDA, 2002 *apud* DUARTE, 2014).

Assim, entende-se que recursos naturais são considerados como patrimônios públicos de esfera nacional, que podem ser recursos não renováveis, como no caso das jazidas minerais, água dos rios e mares, e os recursos renováveis tais como a floresta e os meios de produção. Utiliza-se esse termo “recursos naturais” para citar

todos os elementos que podem oferecer vantagens e oferecer as funções econômico-sociais da propriedade, cabendo às leis em estabelecer os critérios para se utilizar esses recursos de forma que não se torne escasso para ninguém (SILVA, 2016).

O campo de estudo sobre temas ambientais é amplo, e o direito se consolida como uma das áreas de crescente enfoque. Seu quadro normativo inclui estruturas no direito internacional e estruturas correspondentes em cada lei nacional.

A proteção do meio ambiente por meio de normas legais (sejam nacionais ou internacionais) é um tema muito recente. O meio ambiente, entendido como um complexo dinâmico de elementos vivos e não vivos e sujeito a mudanças significativas pelo comportamento humano, passa a se interessar pelo direito, apenas nos casos em que é necessário coibir o comportamento humano e suas consequências danosas, a Natureza, e por meio da reflexão, sobre a existência humana [...] (MACHADO, 2014, p. 41).

Nessa perspectiva a proteção existente em leis para o meio ambiente, vem se tornar um quesito diante da responsabilidade social que o ser humano deve ter para a sua preservação, isso justifica uma maior preocupação nos casos de não comprometimento quando o humano busca fontes e danifica o meio ambiente, e diante da lei será responsabilizado de forma financeira ou até mesmo sua retenção a prisão pelo não cumprimento social.

Quando o conceito de resiliência absoluta da terra em face do comportamento natural humano desapareceu, o direito ambiental surgiu como um novo paradigma jurídico. A partir do século XIX, esse novo direito foi criado com o aumento da produção e a aceleração do processo de entropia global (BARRAL; PIMENTEL, 2006).

Conforme Carneiro (2001, p. 10), como uma "ciência jurídica que estuda princípios e normas relacionadas ao meio ambiente, especialmente a interação humana", o direito ambiental apresenta-se como uma ferramenta para ajustar as políticas de crescimento, facilitando o ajuste dos custos privados aos custos públicos e sociais. a lei também representa objetivos econômicos, mas não pode ser dissociada da conservação, obrigando o desenvolvimento a adotar uma abordagem mais racional e controlada dos insumos naturais.

Portanto, o meio ambiente é considerado essencial para que o ser humano possa usufruir dos direitos humanos básicos, incluindo o direito à própria vida. Este princípio deve ser considerado antes de tudo, e todos os outros princípios o seguem

(ANTUNES, 2005). Provém do texto estipulado no artigo 225 da Constituição Federal:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, aos bens de uso comum do povo e às necessidades para uma sadia qualidade de vida, o que confere ao poder público e às comunidades a responsabilidade de proteger e preservar para as presentes e futuras gerações.

Diante desse questionamento é necessário entender que o indivíduo tem o direito de usar para suas necessidades o meio ambiente, mas ao mesmo tempo ser responsável e protetor desse meio, levando a ter a compreensão que a escassez dele no futuro trará complicações para as próximas gerações, no entanto a responsabilidade é a principal fonte de preservação necessária. Assim, para Carneiro (2001, p. 126), "o direito ambiental é, na verdade, um direito do indivíduo". Diante dos princípios próprios, tem sede constitucional e um estatuto complexo e moderno na constituição, além disso, possui uma estrutura administrativa dedicada e ferramentas de fiscalização eficazes.

Os princípios do direito ambiental são muito importantes e relevantes, pois, no entender de Silva (2016, p. 44), "o poder judiciário pode tratar de assuntos que ainda não foram objeto de legislação específica". No entanto, recorrer aos princípios jurídicos é uma tarefa árdua, pois não há consenso doutrinário sobre os princípios reconhecidos no direito ambiental, existindo diferenças em seus respectivos significados.

A partir do exposto para compreender essa busca por preservação, faz-se necessário entender que o meio ambiente é algo de direito de todos os indivíduos e por isso, as leis e os programas passaram a serem atuantes para preservar esse bem de maneira que ele possa continuar sendo de todos.

Para Saldanha (2016, p.145), para as pessoas preservarem o meio ambiente elas precisam saber como o meio ambiente está definido:

Para que as pessoas deem início ao processo de conscientização é primordial que, primeiramente, entendam como o meio ambiente é definido. Muitos leigos ainda têm a ideia de que o meio ambiente é apenas limitado a locais que tem imagem de ambiente preservado e não transformado pelo homem, como no caso de algumas cachoeiras, montanhas, rios, entre outros [...] o processo de conscientização inicia-se a partir do entendimento do que é meio ambiente e a sua importância e de como futuramente será afetado os recursos naturais e como a escassez desses recursos também irá afetar nossas vidas [...].

No contexto das ideias acima expostas o ser humano precisa compreender sobre o meio ambiente e de como é feita realmente a sua preservação, não somente no lugar que ele acha que é necessário haver esse cuidado, mas sim como um todo nos espaços públicos, privados e pessoal. Levando a conscientização que não trará prejuízos futuro para si próprio e seus familiares.

Essa conscientização era muito debatida nessas conferências, como a que aconteceu no ano de 2012, no Rio de Janeiro, chamada de Conferência das Nações Unidas voltada para pensar e analisar o Desenvolvimento Sustentável como solução para a escassez dos recursos naturais. Essa Conferência ficou reconhecida como Rio+20, por se tratar de soluções voltadas para os últimos 20 anos. Nesse período, foram analisadas as ações voltadas para a economia verde e estabelecimento de medidas para reduzir a pobreza, uma vez que esse era o maior motivo para o desequilíbrio das atividades dentro dos países ricos e nos países pobres, bem como impedia também a preservação ambiental (SALDANHA, 2016).

A partir dessa realidade vale ressaltar que o termo desenvolvimento, muito discutido dentro das Conferências Internacionais possuam dois entendimentos. Primeiro, pode ser permeado por competições e disputas que tem como principal foco conseguir a transformação social positiva. Segundo, pode ser considerada como uma forma acelerada de controle e exploração, utilizando-se de meios colonizadores para conseguir obter domínio nos países considerados subdesenvolvidos (ANTUNES, 2005).

O atual cenário de preservação e de desenvolvimento sustentável retrata a luta dos povos indígenas e de diversos ribeirinhos que habitam a Belo Monte; a luta das pessoas atingidas pela Vale; as lutas que foram enfrentadas pela mineração aberta localizada na Patagônia; a resistência dos povos locais voltadas para a construção da rodovia financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que passa dentro do território indígena na Bolívia; a marcha nacional voltada para a Água do Peru; Lutas estabelecidas contra o projeto criado de expansão das mineradoras em Cajamarca; As lutas travadas no Equador contra a mega mineração; as lutas no Paraguai contra a expansão da soja, e outros. O que de certa forma permite com que haja certo entendimento sobre o contexto atual do Desenvolvimento Sustentável (LEATHER, 2015).

O país possui uma grande área diante da responsabilidade social do meio ambiente e esse sofreu grandes transformações pela desestrutura humana,

buscando alcançar projetos e grandes empreendimentos que traria benefícios a população, mas diante da realidade não é bem isso que alguns vivem, quando ocorre uma criação de uma hidrelétrica a população naquela área sofre grandes problemas que vai interferir diretamente na sua vida. Na exploração de áreas para retiradas de minérios ocorre a contaminação de rios, poluição do ar e tudo isso é um conjunto que interfere diretamente na vida de cada pessoa que esteja próximo dessas áreas.

O ser humano ainda deve buscar maior equilíbrio e responsabilidade diante do meio ambiente, levando em consideração sua permanência e convívio direto a esse meio, buscando o pensamento no futuro, no que esse desequilíbrio pode influenciar na sua vida e de seus familiares e de como a importância da preservação contará diretamente para o bem-estar do ser humano.

1.2 PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Buscando-se compreender como a Educação Ambiental surgiu pode-se afirmar que aconteceu a partir do momento que se iniciou as preocupações de ecologistas voltados para a extinção dos recursos naturais. Isso porque, a decadência do meio ambiente faz com que florestas, animais e recursos possam sumir do planeta, possibilitando com que se torne também extinta a vida na Terra. Essa primeira preocupação teve seu registro no ano de 1968, com a primeira reunião em Roma, quando cientistas dos países desenvolvidos discutiram sobre temas voltados para o consumo e às reservas de recursos naturais, sendo estes não renováveis e o crescimento cada vez mais desenfreado da população mundial colaborando para que este recurso suma (SANTOS, 2017).

Definir a Educação ambiental é uma tarefa árdua, pois existem inúmeras abordagens dentro do tema voltado para a sustentabilidade ou norteadas pelo meio ambiente sustentável, pode-se afirmar que existem termos com conotações polissêmicas. Contudo, Freire (1996, p. 26), conceitua a educação ambiental dentro de sua dimensão mais aprofundada:

Educação ambiental é um processo de formação e informação permanente no qual os indivíduos são orientados para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais que leva a participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental construindo

valores sociais, habilidades, atitudes, competências, experiências e determinações voltadas para a conservação do meio ambiente.

Compreende-se então que, a Educação Ambiental colabora para o desenvolvimento de uma consciência mais ética relacionada a todas as formas de vida que existem no planeta, como uma forma de respeitá-las e preservá-las, levando em consideração seus ciclos vitais, impondo para isso, limites para a exploração de todas as formas de vida existentes. Desse modo, deve-se considerar que o ambiente é preocupação de todos, pois toda a sociedade depende de recursos ambientais para sobreviver. Faz-se, com isso, necessário estudar a natureza levando em consideração também as condições de cada indivíduo, dentro da classe que está inserido, pois há condições desiguais entre variados grupos sociais.

Em 1971, surgiu a primeira definição adotada para a Educação Ambiental através da *International Union for the Conservation of Nature*. Os conceitos que foram definidos por esta, passaram a ter alterações posteriores pela Conferência de Estocolmo, que por sua vez também foi alterada pela Conferência de Tbilisi, na Geórgia. No ano de 1972, aconteceu na Suécia à primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. A partir desse momento, o meio ambiente se tornou ponto de discussões de forma internacional, de maneira que a Educação Ambiental passou a ser citada para conduzir as pessoas a praticarem atividades e ações que contribuiriam para a perpetuação das espécies (SILVA, 2017).

Dessa maneira, Pedrine (2017) ressalta que fez parte do Plano de Ação da Conferência de Estocolmo a capacitação dos professores para que estes possam desenvolver novas metodologias para inserir a Educação Ambiental dentro de cada área que atua. Posteriormente, em 1975, em torno de 65 especialistas se reuniram para discutir sobre diversos temas relacionados com o Programa Mundial de Educação Ambiental, em Belgrado.

No Brasil, a primeira vez que o termo Educação Ambiental foi citado foi através da Constituição Federal de 1988, através de um capítulo específico voltado para o meio ambiente, com o foco de fixar o direito da sociedade brasileira de obter um meio ambiente equilibrado, voltado para o uso de todos e que possa oferecer qualidade de vida pra todos que podem usufruir, preservando a floresta e as

espécies para que outras gerações futuras possam também conhecer e usufruir, sendo assim um bem comum a todos (SILVA, 2017).

Posterior a isso, no ano de 1992 houve a ECO 92 que aconteceu no Rio de Janeiro, se tornando um encontro de extrema relevância onde estiveram presentes 170 países, sendo nesse mesmo evento elaborado um tratado de Educação Ambiental para todas as sociedades sustentáveis do mundo. Depois dessa reunião o Ministério do Ambiente, Educação, Cultura e Ciências e Tecnologia instituíram o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Este por sua vez, se tornou responsável pelas diretrizes voltadas para o cumprimento das determinações do IBAMA.

Depois desse encontro foi elaborado o chamado de Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis foi criado em 1992, com o objetivo de colocar a educação ambiental no centro da transformação das comunidades existentes sobre padrões de consumo e sustentabilidade do planeta. Nesse contexto, o Ministério da Educação, no ano de 1997, elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais, passando a ser o tema meio ambiente um assunto transversal dentro dos currículos do ensino fundamental, que é justamente do primeiro ao nono ano (MEC, 1997).

Apesar dessas implantações, o tema Educação Ambiental somente passou a ter uma visibilidade maior depois do ano 1999, através da Lei nº 9.795/1999, que teve como sua principal base a própria Constituição Federal de 1988.

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

Sendo assim, a Educação Ambiental tem como principal objetivo dentro da sociedade trazer consciência de que todos possuem suas partes de responsabilidade na preservação do meio ambiente. Bem como, trouxe o poder de fazer com que todos os envolvidos possam desenvolver suas consciências críticas sobre um determinado problema ambiental, com o intuito de tentar encontrar uma solução para diversas situações que acontecem dentro do campo da produção ou na

sociedade. Fazer com que todos possam participar de forma individual ou coletiva, responsabilizando culpados ou punindo crimes que acontecem dentro do meio ambiente. Através dessa compreensão, acredita-se que todos conseguirão garantir com que os recursos naturais, tais como água, floresta, animais silvestres, clima, possam ser preservados para toda a humanidade.

Dentro desse contexto, Layaargues (2012) afirma que a Educação Ambiental chegou a um momento que se perder um pouco de sua identidade, que por sua vez se manifesta através de dois processos: na divergência entre teoria e prática, que se observa na vivência pedagógica da Educação Ambiental; Segundo, na dificuldade de superar as ações pragmáticas e hegemônicas que podem ser repassadas pela Educação Ambiental.

Atualmente, a Educação Ambiental encontra-se fragilizada, devido a falta de diálogos extraescolares, que possam envolver toda a sociedade e diversos atores de diversas áreas, uma vez que esse assunto é de interesse de toda a coletividade. Sente-se a ausência árdua de movimentos populares e sociais para tomarem essa causa e tornar mais conhecido todos as causas ambientais. A falta de contato especialistas com os mais variados campos científicos também corroboram para uma relação frágil da identidade da Educação Ambiental (KASSIADOU, 2018).

Kassiadou (2018) segue afirmando que a Educação Ambiental possui uma perspectiva crítica e seu compromisso é gerar conhecimento crítico sobre os problemas que envolvem o meio ambiente. Sabe-se que a Educação Ambiental permite com que não somente alunos, dentro de sala de aula, mas pessoas de todas as classes e de todas as áreas possam ter conhecimento crítico voltado para os conflitos locais ambientais, como estratégia de modificação e transformação da realidade, valorizando assim os saberes de todos os indivíduos e retirando-os da vulnerabilização, invisibilidade, silenciamento e da criminalização.

Com isso, a educação ambiental passou a ser vista pelo mundo como algo que precisa ser repassado, pois envolve também a saúde das pessoas. De acordo com Machado (2014), os indivíduos que se expõem de forma contínua à poluição sonora, podem apresentar problema de saúde, tais como distúrbios neurológicos, cardíacos e pode desenvolver quadros de impotência sexual. No Brasil, esse tipo de prática está inserido dentro da legislação como crime ambiental, sendo previsto dentro do artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais, que por sua vez prevê uma pena de reclusão de um a quatro anos com multa.

Com base nesses pressupostos, Santos (2014) explica para que a Educação Ambiental possa ser aplicada de uma maneira realista e transversal, precisam ser utilizados conteúdos do dia a dia de todos os indivíduos, podendo inclusive inserir temas comuns, tais como: efeito estufa, saneamento básico, poluição sonora e as outras formas de poluição do ambiente, os tipos de agressões voltados para o ambiente, gestão de energias como a solar, eólica, marés, energia nuclear, esgotos clandestinos, dentre outros.

A Educação Ambiental, na concepção de Dias (2014) tem que estar relacionada com o desenvolvimento sustentável, pois o foco é conscientizar as pessoas do uso adequado dos recursos naturais, preservando-o e proporcionando à sociedade um conhecimento voltado para os cuidados.

A Educação ambiental fomenta sensibilidade afetivas e capacidades cognitivas para uma leitura do mundo do ponto de vista ambiental. Dessa forma, estabelece-se como mediação para múltiplas compreensões das experiências dos indivíduos e dos coletivos sociais em suas relações com o ambiente. Esse processo de aprendizagem por via dessa perspectiva de leitura dar-se particularmente pela ação do educador como intérprete dos nexos entre sociedade e ambiente e da Educação Ambiental como mediadora na construção social de novas sensibilidades e posturas éticas diante do mundo (CARVALHO, 2012, p. 145).

Assim, diante do que foi exposta a educação ambiental vem tornar-se uma forma do indivíduo reconhecer sua responsabilidade diante do meio em que vive, e dos benefícios que serão trazidos no futuro, uma vez que a preservação do meio ambiente é essencial para o bem estar no momento, não somente na escola mas fora dela é necessário que ocorra esse cuidado no geral.

Conforme descreve Dias (2014), a Educação ambiental não pode ser considerado como um tipo especial de educação, pois é considerado como um processo contínuo de aprendizagem que envolve as famílias, escolas e toda a sociedade. Os objetivos da Educação Ambiental não entram em atrito com os objetivos do sistema escolar, em contrário disso, ambas se unem para formar e preparar melhor o aluno para preservar o mundo que o cerca e manter os recursos que todos precisam para sobreviverem e viverem em sociedade.

Nesse aspecto, Reigota (2012) *apud* Duarte (2014) comenta que existe uma diferença considerável entre transmitir e construir conhecimentos voltados para o campo ambiental, que envolve conhecimento por parte da sociedade para o ecossistema, fotossíntese, bem como a todas as contribuições do ambiente para a

geração da energia necessária para suprir toda a sociedade. Esse conhecimento por sua vez, permite com que se aumente a qualidade de vida dos que aprendem e dos que também irão usufruir com toda essa responsabilidade coletiva de preservar e cuidar do meio ambiente. As questões que são levantadas dentro da Educação Ambiental permitem com que essa preservação ocorra através de questões e conteúdos apresentados, que podem ser incluídos em qualquer disciplina, sendo adaptado para qualquer conteúdo programático.

Nessa visão, Santos (2017) afirma que os professores precisam destacar a importância desses conteúdos de uma forma adequada para o cotidiano dos alunos, substituindo todo o “biologismo” que podem ocorrer nas aulas e focar no comportamento dos indivíduos e na sua relação com o consumo e com a produção, elevando a preocupação com os outros.

Nesse mesmo ponto de vista, Leff (2012) *apud* Duarte (2014) afirma que a Educação Ambiental não precisa ser ecologizada, e que se faz necessário desconstruir uma visão de mundo para poder construir uma visão mais holística, por isso trata-se de algo que é além de normas ou palestras motivacionais voltadas para professores e alunos. Assim, esse processo de desconstrução precisa de mais apoio, além dos professores, mas dos governos, que se torna algo maior do que apenas publicar portarias.

Com base nisso, Caldeira *et al.*, (2012) *apud* Duarte (2014) destacam a importância do Estado em reconhecer a importância da interdisciplinaridade da Educação Ambiental. Com base nisso, surgiu os Parâmetros Curriculares Nacionais, que trazem consigo a importância de abordar a temática Educação Ambiental como algo que precisa ser trabalhado dentro do contexto educacional, partindo-se de uma perspectiva interdisciplinar, de forma que todos os professores possam colaborar, dentro de suas respectivas áreas, para que os alunos possam ter um conhecimento aprofundado sobre suas responsabilidades voltadas para o ambiente ou das responsabilidades de toda a sociedade.

Dentro dessa vertente, Carvalho (2012) afirma que a educação ambiental colabora como a sensibilidade afetiva voltada para as formas das pessoas lerem o mundo a sua volta. Para isso, estabelece-se mediação voltada para as diversas compreensões da experiência dos indivíduos e de toda a coletividade em relação com o ambiente que vivem.

Com isso, a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, estabelecida pela Lei 9.795/1999, determina que a educação ambiental precisa ser aplicada através de práticas educativas que podem ser integradas de forma contínua, dentro de todas as modalidades de ensino e de forma permanente. Contudo, o que se percebe é que na maioria das escolas públicas ainda há uma dificuldade em aplicar essas atividades, manifestando um desinteresse pelos assuntos ambientais. Talvez, esse fator possa estar relacionado à capacitação dos profissionais, que por sua vez não se sentem preparados o suficiente para tratar de assuntos ambientais, temendo que a temática possa ser um fracasso em ensino e aprendizagem, muitos deixam de lado esses assuntos (ALVES; PINHEIRO, 2015).

Assim, a Educação Ambiental pode utilizar-se de suas estratégias para possibilitar com que essas leis sejam, de fato, executadas e respeitadas. Desse modo, as leis ambientais passaram a existir para punir os crimes cometidos contra o meio ambiente, mesmo depois de uma atuação da Educação Ambiental para conscientizar toda a sociedade.

1.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA

Para ter uma compreensão do que é ser criança e ter infância, primeiramente se torna necessário conhecer a definição do que é ser criança, que por sua vez, dentro do dicionário Aurélio, pode ser considerado como “ser humano na fase da infância, que vai do nascimento à puberdade”. Para infância, o significado apresentado é como “período do desenvolvimento do ser humano, que vai do nascimento ao início da adolescência; meninice, puerícia” (FERREIRA, 2004, p. 36).

No latim, o termo infância, vem de *in-fans*, que significa sem linguagem. Isso significa que, dentro da visão da filosofia ocidental, não ter uma linguagem também significava não ter pensamentos sobre algum assunto, bem como conhecimento ou mesmo um raciocínio sobre determinadas coisas. O que levava a criança a ser vista por todos como alguém que precisava ser adestrado, modelado, educado ou moralizado (CASTRO, 2012).

Assim, Sarmento (2017) contextualiza a história da criança afirmando que esta passa a ser ignorada ou desapercebida, como se fosse invisível. Isso ocorre porque a sua história é somente contada a partir da visão de adultos, não é a visão da criança sobre o mundo que é contemplada com muitos, mas como os adultos a

contemplam, sendo expressa através de discursos dos mesmos. Essa visão é desenvolvida pelo fato da criança não conseguir se expressar adequadamente através da fala, como discrimina Lajolo (2016, p.166):

[...] por não falar, a infância não se fala e, não se falando, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam. E, por não ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer eu, por jamais assumir o lugar de sujeito do discurso, e, conseqüentemente, por consistir sempre um ele/ela nos discursos alheios, a infância é sempre definida de fora.

O que se evidencia através da história é que sempre existiram crianças, porém a infância nessas crianças nem sempre foi vivenciada. Entende-se, pois que, as crianças podem ser consideradas como um grupo etário próprio, haja vista que possuam suas identidades distintas e necessidades e direitos. Ademais, as crianças passaram por diversos momentos históricos, bem como as crianças brasileiras que passaram por mudanças societárias, com variadas vivências ocasionados de seu pertencimento social, racial e de seu gênero. Detalhes esses que contribuem com sua evolução de vida, e colaboram com o grau de dificuldades que obtiveram na sua infância, fazendo com que muitas delas desconheçam essa terminologia (GOUVÊA, 2013).

Assim sendo, a infância pode ser considerada uma fase de vida de um indivíduo, como retratam Maciel, Baptista e Monteiro (2015, p. 15):

A infância deixou de ser compreendida como uma “pré” etapa da fase adulta e passou a ser identificada como um estado diferenciado. Assim, ao mesmo tempo em que se reconhece que a definição da infância é tributária do contexto histórico, social e cultural no qual se desenvolve, admite-se a especificidade que a constitui como uma das fases da vida humana.

Por esse lado, o termo relacionado à infância passou a ser discutido passou a pertencer a variados significados. A criança deixou de ser vista como um ser tratado como fosse um adulto precoce, para serem levada em consideração suas particularidades e singularidades. Assim, passou-se a discriminar direitos para estes indivíduos, que passaram a ser reconhecidos desde o ventre de suas mães, passíveis de proteção e leis que possam protegê-los. Com relação à fase da infância, está em constante processo de mudanças e avanços, possuindo uma construção ativa, passando por diferenciados contextos, épocas, culturas e regiões que fazem parte as crianças na sociedade

Nessa perspectiva, Machado (2014) afirma que a infância vai se modificando, e pode ser considerada como um termo genérico, sendo, portanto, a manifestação de transformações sociais. Evidencia-se que a vivência das crianças com a infância se modifica conforme os paradigmas decorrentes do seu contexto que envolve inclusive variantes do campo social e o cenário que essa criança está inserida na sociedade.

A ideia relacionada à infância não foi sustentada sempre da mesma maneira. A concepção da infância obteve o seu surgimento vindo da burguesia, ao mesmo tempo que novos significados foram dados para a figura da criança foi dada para a figura da mulher, dentro da sociedade que eram inseridas. Dentro desse contexto, a infância na atualidade passou a assumir uma base de criança ideal. No Brasil a infância representa uma diversidade, pois a criança possui comportamentos semelhantes, indiferente de sua classe social, buscam e sonham por uma realidade paralela, idealizada com figuras imaginárias, mesmo pertencendo a contextos alheios a sua imaginação (DUARTE, 2014).

No final do último século as crianças passaram a ser vistas como cidadãs, pessoas portadoras de direito e capazes de reproduzir uma cultura. Com isso, essa nova forma de ver a criança favorece com que toda a sociedade possa compreendê-las e comecem a olhar o mundo a partir de uma nova perspectiva. Considera-se assim, que a infância deixa de ser somente uma fase e passa a constituir parte da história, visto que todo ser humano tem a sua própria história de vida, que no qual faz parte a sua infância.

Nesse contexto, Carvalho (2012, p. 38) retrata que:

O processo histórico descrito anteriormente foi consolidando a concepção de criança como sujeito histórico, social, produtor de cultura, ativo e criativo, cujo desenvolvimento se dá de forma indivisível. Ela não pode ser vista apenas como um corpo que precisa de cuidado, tampouco como uma mente sem corpo ou uma inteligência que aprende num corpo ao qual não se dê atenção. O argumento é, pois, da coerência das ações de educação infantil, que sejam respeitadas da unidade da criança.

Nessa fase da infância também é o momento que a criança pode obter contato com novos valores, aprendendo a construir uma nova sociedade pautada em responsabilidades e preocupada com a qualidade de vida de todos. Com relação aos valores nos indivíduos, Martinelli (2016) comenta que os valores humanos desenvolvidos durante a infância, tanto na escola quanto no seio familiar, atuam

como fermentos para o surgimento e desenvolvimento da fraternidade, compaixão, reverência e cooperação por outros indivíduos.

Essa preocupação voltada para o desenvolvimento dos valores durante a infância permite com que seja impregnado nos indivíduos novas formas de ver o mundo a sua volta. Mesquita (2013, p. 65) enfatiza que, atualmente, a educação atribui muita ênfase ao “desenvolvimento dos conhecimentos intelectuais e de algumas habilidades físicas, mas não se preocupa em despertar as boas qualidades humanas existentes no ser, nem em explorar suas infinitas potencialidades”.

Com base nisso, o ser humano, no auge de sua infância precisa preencher o vazio da aprendizagem e da vivência de vida, com amor, buscando vencer o egocentrismo de forma contínua. Assim, busca-se compreender que o ser humano não somente necessita aprender matemática, inglês ou ciências naturais durante sua fase de infância, precisa também aprender conteúdos que não são descritos nos livros didáticos, que são: amor ao próximo, coletividade, lealdade, empatia, ética, respeito às diferenças (MARTINELLI, 2016).

A criança consegue compreender o quanto o meio ambiente pode fazer falta para toda a sociedade. Desenvolvendo valores durante a infância, permite com que exista na sociedade uma geração de pessoas preocupadas com o futuro da sociedade. Isso porque na infância é o momento ideal para conscientizar as crianças de preservar a natureza, cuidar dos recursos naturais devido à escassez que se pode obter.

Isso porque essa troca de conhecimento e aprendizagem junto com o desenvolvimento de valores voltados para o meio ambiente também colaboram com a qualidade de vida de todos, pois auxilia a formar pessoas capazes de desenvolver solidariedade pelo próximo e com o desejo de cuidar do bem da coletividade, passando a cometer ações que aos poucos se transformam em hábitos, como reconhecer a importância de recolher o lixo e não o descartar dentro de rios e igarapés (GUIMARÃES, 2017).

Essa compreensão também se expande para evitar poluir as ruas por compreender que esse comportamento pode prejudicar toda a sociedade futuramente, isto é, os valores vão se fixando conforme o conhecimento e o convívio com a sociedade vão aumentando.

De acordo com Mesquita (2013) durante a infância quando a criança entra no ensino infantil conhecerá outras formas de entendimento diferente daquele que

acompanha em casa, isso é a construção da aprendizagem que ela levará para a vida, diante desse acompanhamento escolar terá a condição de interferir em uma educação ambiental para com sua família.

Nessa abordagem, a importância do aprendizado desde a infância busca a compreensão dos mesmos levando com que esse indivíduo tenha uma importância no meio que vive, objetivando que seu conhecimento e aprendizado influenciem de forma positiva para a preservação do meio em que vive, sendo conhecedor que há uma necessidade de preservar e repassar isso aqueles que os rodeiam.

A forma que a criança aprende em sala de aula será a forma que ela levará para o externo, como manter a preservação, como manter o espaço lindo e descartar de forma correta que não prejudique o meio ambiente, os benefícios que isso trará para seu futuro, como reciclar produtos e outros e sua forma de reutilização como fonte de equilíbrio no espaço que vive e levará isso para seu futuro como um preservador de espaços que podem ser explorados por ele futuramente (DIAS, 2014).

Essa conscientização desenvolvida ora pela construção de valores ora pela Educação Ambiental no ensino infantil, permite com que as crianças possam ter mudanças de hábitos considerados incorretos, e que outrora eram praticados devido ao contato com uma família que não se obteve uma educação ambiental. Dentro dessa visão pode-se afirmar que mudança de hábitos, valores e representações, bem como conceitos ou pré-conceitos estão ligadas as questões que não estão limitadas somente a conteúdos que fazem parte da grade curricular ou munido de conhecimento científico.

2 DEBATE DO MEIO AMBIENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 A TEMÁTICA DO MEIO AMBIENTE NA BNCC

A primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) recebeu milhares de contribuições de especialistas, redes educacionais, organizações e até mesmo indivíduos da sociedade, e com isso disponível depois de seis meses, e entre outubro de 2015 a março de 2016 para que o público possa cooperar. Assim, na primeira versão do BNCC percebeu-se que nada sobre educação ambiental foi mencionada em nenhuma parte das mais de 300 páginas de texto contidas no documento. No entanto, deve-se destacar que a palavra "meio ambiente" aparece 32 vezes no artigo, a maioria delas relacionada à degradação ambiental, possíveis impactos ao meio ambiente e até mesmo partes da gestão ambiental, conforme consta em um dos títulos desta edição: "Ecossistema, gestão ambiental e diversidade sociocultural" (BRASIL, 2016).

Neste tópico, especificamente, está descrito a parte do ambiente como:

As questões ambientais são um tema recorrente e relacionado, nesta unidade serão discutidos alguns temas, tais como: Quais são as principais questões ambientais locais, regionais e globais? Como podemos remediar a situação degradada? Como o conhecimento de diferentes nacionalidades pode ajudar a manter e proteger o meio ambiente? Para tanto, além de conceitos como sustentabilidade e serviços ambientais, deve-se abordar o conceito de ecossistemas e suas funções e gestão (BRASIL, 2016a, p. 83).

A partir desse exposto, as questões ambientais são óbvias em documentos relacionados à química, biologia, antecedentes históricos etc. Portanto, há uma iniciativa para colocar as questões ambientais no BNCC em um sentido amplo, é necessário adicionar pontos de exploração no BNCC, às versões a seguir melhoraram os documentos.

Por ser a primeira versão, é relativamente bom resolver tópicos de vários domínios, incluindo meio ambiente, ética, direitos humanos, sexo etc. Após muitos debates no seminário realizado de 23 de junho a 10 de agosto de 2016, foi lançada a segunda edição do BNCC. Sob a coordenação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional de Diretores Municipais de Educação (UNDIME), cabe à Secretaria Nacional de Educação de todas as

unidades da federação a condução desses debates, com mais de 9.000 professores participantes e especialistas nos assuntos relacionados.

Vale ressaltar que a segunda edição do BNCC foi questionada por especialistas de todo o mundo e do Brasil, e esses pareceres foram encaminhados ao Comitê Gestor da Fundação Nacional do Currículo Comum e da Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017). Assim sendo, não há dúvida de que esta versão é a versão mais completa dos temas horizontais, e trata tantos temas das mais diversas formas comparadas com a primeira versão, sofreu profundas mudanças, entre as quais se cita a existência de educação ambiental.

O documento tem mais de 650 páginas e envolve a educação ambiental no Brasil e no mundo. Tem uma base legislativa como a Lei nº 9.795/1999. Também se refere à reunião de Estocolmo, bem como aos avanços da educação ambiental descritas anteriormente muitas outras reuniões, até RIO 92 e RIO + 20 (BRASIL, 2016).

A terceira edição do BNCC foi proposta pelo Ministério da Educação (MEC) em 6 de abril de 2017 e apresentada à Comissão Nacional de Educação (CNE) pelo Ministro da Educação. Após a entrega da terceira edição, verifica-se que não há mais nenhuma menção à educação ambiental, o que estava previsto em determinadas capacidades nos documentos originais produzidos e disponibilizados, ter algo a ver com sustentabilidade, mas é de pouca importância para este tópico. Com a finalização da terceira versão, foram realizadas várias audiências públicas no Brasil, uma vez em cada região do país, para que pudessem ouvir a opinião das pessoas sobre a aprovação final da base em dezembro de 2017.

Por meio da Resolução CNE/CP nº 2, em 15 de dezembro de 2017, a Comissão Nacional de Educação (CNE) aprovou a versão final do Currículo Comum Nacional Relacionado à Educação Infantil e à Educação Básica, e foi aprovado em 20 de dezembro de 2017, pelo então Presidente Michel Temer (BRASIL, 2018a).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) decidiu incorporar a educação ambiental à educação em todos os níveis e tem como missão contribuir com a educação para o desenvolvimento sustentável. Nesse caso, após a aprovação do Parâmetro Curricular Nacional (PCN), no final da década de 1990, esse método foi inserido na educação básica brasileira, exigindo um debate extremamente importante para o presente e tomando a sustentabilidade como princípio básico principal (BARBOSA, 2008).

Nessa abordagem cada etapa de ensino é necessária que seja inserido novos assuntos e principalmente o conhecimento sobre os cuidados com o meio ambiente, e isso através dos programas educacionais é destacado nas aulas e planos antes de iniciar o ano letivo buscando que seja realizado um enquadramento cada modalidade de ensino.

O BNCC começou a ajustar as políticas de educação nos níveis federal, estadual e municipal em todos os aspectos, incluindo a formação de professores, o desenvolvimento do conteúdo de ensino, avaliação e infraestrutura adequada no ambiente escolar para que os alunos entendam de forma significativa os assuntos que tratam da Educação Ambiental (BRASIL, 2017).

Diante desse questionamento verifica-se que a importância da inclusão de assuntos dentro da formação dos profissionais da educação, procurando que todos estejam aptos e dentro da realidade que impulsiona a constante busca de melhorias no meio ambiente, através do auxílio de profissionais conhecedores do assunto que trará uma melhor educação ambiental no futuro.

A BNCC tem como base o artigo 210 da Constituição Federal que afirma: “Estabelecer um conteúdo mínimo para a educação básica que garanta a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, p. 02). A Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (LDB) também estipula no Artigo 09 inciso IV que deve “cooperar com os estados, distritos federais e municípios para estabelecer a competência e as diretrizes para a educação infantil, escolas de ensino fundamental e médio, eles devem: o currículo e seu conteúdo mínimo serão orientados para garantir uma educação básica comum” (BRASIL, 1996).

Diante dessa realidade destaca-se que na base pedagógica da base curricular geral nacional, encontram-se alguns pontos chaves, ou seja, para fins de aquisição de conhecimentos, utilização do conteúdo curricular e aplicação dos conhecimentos no cotidiano dos alunos. O nome “habilidade” inclui: a mobilização e aplicação de conceitos-conhecimentos, procedimentos, valores e atitudes escolares (BRASIL, 2017).

Esse pensamento corrobora que os profissionais devem destacar e inserir em suas aulas métodos que façam com que os alunos tenham contato direto com o meio ambiente, como na área externa da escola promover adaptações que melhore

o ambiente como plantações, reorganização do lixo que é descartado de forma indevida e incentivar os alunos a serem mais cuidadosos.

Além disso, a BNCC tem um grande compromisso com a educação global, ou seja, seu conhecimento deve ser global, capaz de formar pessoas autônomas e atentas aos desafios sociais. Para isso, a aprendizagem dos alunos deve ser condizente com suas necessidades, possibilidades e interesses (BRASIL, 2017). Nesse sentido o aluno deve ser o protagonista no ensino, aplicando seus conhecimentos à vida real, resolvendo problemas e conectando o conteúdo escolar ao seu cotidiano.

A partir dessa compreensão, a BNCC adota dez habilidades gerais para integrar os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores dos alunos ao longo da vida escolar. Observa-se que entre as capacidades resolutivas do BNCC destacam-se a cidadania, a autonomia, a saúde física e mental e a resolução de conflitos de diferentes naturezas, que se empenha para que o aluno seja uma pessoa mais justa, democrática e tolerante (BRASIL, 2013).

A BNCC foi organizada em 3 níveis visando as principais competências de cada uma das seguintes etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A partir da educação infantil que constitui o início da vida escolar dos alunos, devem ser assegurados seis direitos dos alunos: a) conviver; b) brincar; c) participar; d) explorar; e) entrega expressa; f) conhecer-se. Os alunos devem ser acompanhados de perto pelos professores, de forma a supervisionar e intervir no processo de ensino e no seu desenvolvimento (BARBOSA, 2008). Vale destacar que na educação infantil os alunos aprenderão de uma forma diferente no brincar, no desenhar e pintar, levando a exploração do conhecimento dos mesmos sobre o ensinamento dos cuidados que devem ter com o meio ambiente e o que podem fazer para mudar alguns problemas existentes pela não preservação do mesmo.

Os professores devem refletir sobre suas práticas de ensino para fornecer áreas de experiência para que os alunos possam aprender e desenvolver: a) a si mesmo, os outros e nós; b) corpos, gestos e movimentos; c) traços, sons, cores e formas; d) falado linguagem e escrita; e) espaço, tempo, quantidade, relação e transformação. Essas áreas de atuação permitem que o aluno acompanhe sua vivência específica, para que ele implemente os convênios de curso que entrelaçam seus conhecimentos (BRASIL, 2018).

Nessa abordagem, todas as atividades realizadas com as crianças em sala de aula que abranja o conhecimento e responsabilidade do ser humano como um responsável por esse meio ambiente será relevante para o levantamento desse assunto que vem cada vez mais sendo necessário para o bem da sociedade no futuro. A BNCC busca adequar o ensino na forma de diretrizes, deixar mais evidente e objetivo da educação infantil ao ensino médio, e ter cuidado no período de transição, o que é fundamental para que os alunos consolidem o aprendizado e a aprendizagem dos anos anteriores (BRASIL, 2017).

Para concluir percebe-se que o BNCC vem ser o ponto chave da busca de adentrar o assunto sobre o meio ambiente na educação escolar, uma vez que é através dele que se realiza a programação junto com outros processos para a construção e adaptação de aulas e o tipo de material utilizado para cada etapa do ensino básico de ensino durante a vida escolar, e findando este tópico haverá a demonstração de estratégias utilizadas por docentes nas aulas.

2.2 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Como os problemas ambientais estão aparecendo cada vez mais na vida cotidiana é claro que o desafio de manter a qualidade de vida é à base da sociedade, porque o foco está mais em desenvolvimento ao invés de impacto na vida, e a educação ambiental aparece na escola para auxiliar neste quadro, desenvolver ações de sustentabilidade e consciência ambiental (SOUZA; CAMPOS, 2013).

A educação ambiental torna-se uma possibilidade encantadora abrindo a possibilidade de novos conhecimentos, métodos e habilidades em uma perspectiva interdisciplinar. Portanto, representa uma ferramenta essencial para mudar os padrões de cuidados com o Meio Ambiente (CARVALHO; ROMAGNOLI, 2013). Considerando esses aspectos, a educação ambiental vem ser a forma para que o indivíduo seja responsável pelo meio em que vive, e que isso é diretamente ligado ao seu futuro e bem-estar de forma positiva ou negativa dependendo da forma que o mesmo esteja cuidando ou preservando.

A educação ambiental assume o papel de sensibilizar novos alunos e eles começam a ganhar, ter uma nova compreensão do ambiente em que vive desenvolver atitudes e atuar de forma mais responsável, visando o desenvolvimento

sustentável, e é propício para compreender a degradação do meio social e resolver problemas, pois o ambiente não é isolado, mas sim como um todo (ALVES, 2013). Nesse sentido, a educação escolar iniciada desde a infância trará conhecimento positivo para o futuro, uma vez que o ser humano levará consigo a importância que deverá ter os cuidados e principalmente a preservação desse espaço, buscando referências evolutivas no seu cotidiano.

Vale relatar o principal objetivo da EA, conforme Dias (2010) é fornecer aos alunos um conjunto de situações e experiências, isso também torna possível estabelecer mais conexões com o mundo, aumentar a consciência sobre a importância dos ecossistemas, envolver, fornecer informações sobre a saúde do meio ambiente e para o bem-estar pessoal.

Dessa forma, ele poderá mobilizar ações para desenvolver significados de problemas ambientais enfrentados pelos alunos, os problemas morais e sociais enfrentados pelos alunos, com o objetivo de orientar os alunos a desenvolverem a relação entre o meio em que vivem e o exercício da cidadania, realizando um comparativo entre eles, sendo o chamado desenvolvimento econômico e degradação ambiental buscando uma melhor qualidade de vida.

Considerando que a EA deve ser realizada diante da capacidade de garantir a base de conhecimento e buscar envolver os alunos nas mais diversas atividades, que envolva o meio ambiente como forma de entendimento de como pode realizar os cuidados nesse ambiente (SOUZA; CAMPOS, 2013).

Jacob (2011) reforça essa ideia, afirmando que:

O desafio é desenvolver a educação ambiental crítica e inovadora, em dois níveis formal e informal. O primeiro é um ato político voltado para a mudança social, e seu método deve buscar uma perspectiva holística de ação, pessoas, natureza e universo, tendo o esgotamento como referência recursos naturais e perceber que a principal responsabilidade da degradação são as pessoas.

A educação ambiental não deve funcionar apenas na escola, mas também em comunidades, programas focados em questões ecológicas que promovem ampliar a percepção da sociedade sobre a importância das atitudes no meio ambiente, e conscientizá-los das questões ambientais, que na maioria das vezes são da sua própria responsabilidade.

De acordo com a RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a cooperação com o meio ambiente derivado das ciências humanas e naturais, por sua vez, há necessidade de expandir a experiência das crianças para que possa construir conhecimento, diversidade relacionada à sociedade e ao meio ambiente. Para este fim, ele se esforça para se concentrar em vários fenômenos e eventos, sejam físicos ou biológicos que entendem diferentes interpretações e representa o mundo ao seu redor, relacionado a explicações científicas e abrindo possibilidades de conhecimento e construindo novas formas de pensar em relação aos eventos ocorridos em seu ambiente (BRASIL, 1998).

Alves (2013) argumenta que a percepção dessa demanda é dada à EA, permitindo que os educadores ensinem os alunos sobre o Meio Ambiente, incentive-os a participar e a tomar medidas críticas para melhorar sua visão como cidadãos e os motive a postura, valores e hábitos para melhorar a qualidade de vida.

De acordo com Pinto (2012) quando é usado a Educação Ambiental se deve considerar o meio ambiente relacionado a todos os aspectos da vida pessoal incorporando em todas as áreas do currículo, em um contexto histórico e social nas escolas, uma vez que a maioria das situações de ensino está relacionada com a vida, refletindo a importância de uma educação de qualidade. Logo, faz-se necessário tratar da temática da educação ambiental de forma transversal, ou seja, abordar o conteúdo ambiental como um todo, não em um tema isolado. E sim, começando com a troca de informações e ideias que deixe os alunos esclarecidos sobre a importância de proteger o ambiente em que vive.

A escola representa um espaço de trabalho básico para iluminar a conscientização da luta ambiental e fortalecimento dos alicerces da formação cidadã, apesar de carregar o peso de uma estrutura dilapidada e pequena que esteja aberto para pensar sobre a dinâmica do meio social. Isso não significa que, porém, a educação ambiental se limita ao cotidiano escolar ao contrário, é cada vez mais estendido a diversos setores sociais participando da luta pela qualidade de vida (COPATTI, 2017, p. 17).

Nesse sentido, a EA não é necessária somente em instituições escolares, mas também fora da escola, atitudes de ações de alunos geralmente também alcançam famílias e comunidades, situações que desperte a vontade e o interesse das pessoas em proteger o meio ambiente, tornando entendimento que os humanos são os principais responsáveis pelo impacto da questão ambiental.

Percebendo então, a educação ambiental deve integrar o currículo do BNCC, não apenas com pesquisa e investigação em laboratório, mas fora, num ambiente onde os alunos se encontram porque este é um grande laboratório no qual inúmeras mudanças estão ocorrendo (BRASIL, 2017). Diante dessa realidade, o trabalho da EA na educação infantil precisa ser feito de certa maneira interdisciplinar, para que os alunos não entendam apenas o seu ambiente, mas também observe, e atue como um agente transformador e relacionar os conteúdos das mais diversas disciplinas, produzindo uma visão mais crítica da realidade em que vivem.

Vale destacar que os jogos educativos é uma ótima ferramenta que pode ser usado no processo de educadores, ensinando a aprendizagem dos alunos. Este método torna os alunos mais curiosos sobre aprendizagem, às regras e o conteúdo naturalmente também oferece mais interação entre educadores e alunos através da cognição crítica e desenvolvimento esportivo (DIAS, 2010). As estratégias utilizadas pelo profissional são essenciais para um bom entendimento e desenvolvimento da classe estudantil, isso trará com que esse aluno possa ver de forma diferente e assimilar mais rapidamente sobre a importância de manter o meio ambiente limpo, cuidado e preservado.

Copatti (2017, p. 53) argumenta que “exploração em termos de diversão, pode ser uma tecnologia de promoção na elaboração do conceito, no fortalecimento de conteúdo, sociabilidade entre os alunos, no desenvolvimento da criatividade”. Por meio de jogos, os alunos podem refletir, e a criatividade envolve e desenvolve a capacidade de coordenação, velocidade, foco e comunicação interna sobre o jogo, como é o comportamento de cada, e assim alcança o conhecimento conforme joga e memoriza sobre a importância do meio ambiente.

De acordo com Silva *et al.* (2016, p. 58):

O jogo deve ser desafiador para os alunos, para que não se torne uma atividade monótona, para não perder a atratividade do ensino, permitindo que os alunos participem do processo de ensino, fazendo mudanças contínuas sendo encorajado a continuar usando.

O jogo precisa ser divertido e desafiador, e que tenha sempre motivação para participar, o professor deve atuar como um mediador na hora do jogo para que a assimilação aconteça melhor conteúdo coberto por alunos e esta é uma atividade

enérgica e divertida mostrando sempre conteúdos voltados para educação ambiental.

A utilização de atividades práticas no ensino da educação ambiental como estratégia é uma boa ferramenta para estudantes, mostrando a consciência e estilo de vida mais agradável, aumento da produção em sua participação e interesse respeitando os temas abordados, pois promove a construção no processo de conhecimento através do ensino (JACOB, 2011).

Da forma como os educadores atuam em sala de aula, a ideia é reciclar materiais na mente e nas mãos, o que pode indicar que a educação ambiental é realizada de forma ampla e com sucesso nas salas de aula da educação infantil, e ainda está despertando a conscientização sobre sua importância. Algumas atitudes podem ser mudadas por meio desse tipo de reaproveitamento de itens de trabalho, isso não significa mudar a atitude de consumo diário (SOUZA; CAMPOS, 2013).

Portanto, para que o professor desempenhe sua função social, a escola deve ter como foco o ensino e a aprendizagem, orientando os alunos a aprender, pensar e construir sua própria aprendizagem, tornando-se cidadãos conscientes de suas responsabilidades. No entanto, isso exige que a formação e a atuação dos educadores apontem para um novo paradigma educacional, no qual a educação ambiental deve ser realizada de forma interdisciplinar e atuar com a devida importância. Como resultado, a relação entre o meio ambiente e a educação cívica desempenha um papel cada vez mais desafiador, exigindo o surgimento de novos conhecimentos para compreender processos sociais mais complexos e maiores riscos ambientais.

Para Pinto (2012) os professores podem usar tarefas de colagens, pinturas mostrando o ambiente que é cuidado e o que está sendo maltratado pelo ser humano e de que forma ele pode buscar meios e parcerias que o ajude a manter esse meio equilibrado, buscando demonstrar a importância do cuidado. Essa estratégia trará benefícios quando se tornarem adultos e seus familiares idosos. Através da compreensão na educação infantil as crianças poderão levar adiante seu aprendizado como forma de demonstrar a importância dos cuidados que é necessário ter para que o meio ambiente seja mantido de forma saudável e o bem que virá no futuro, sendo essa a importância do conhecimento e aprendizagem desde o início da escolaridade.

Para os alunos, a família é uma ferramenta primitiva porque é o alicerce de tudo, é essencial a ajuda dos mesmos nas tarefas simples de sala de aula enviadas pelo professor. Porém, isso geralmente não acontece, pois a lição de casa fica para os alunos ou com a ajuda de outras pessoas da família, como irmãos mais velhos, devido ao trabalho estressante dos pais, o dever de casa é uma estratégia usada pelas escolas para integrar os pais na vida escolar dos filhos (COPATTI, 2017).

Com essa interação entre a família e o aluno é o momento em que haverá uma conversa, um diálogo entre ambos que é onde entra o conhecimento da família diante do meio ambiente e as crianças poderão colocar seu aprendizado em prática. É uma oportunidade de mostrar aos pais e a outros a importância de cuidar e preservar o meio ambiente como uma forma de benefícios a todos e como isso pode ser feito, como cada um pode contribuir por um espaço melhor e mais agradável diante de um tema tão simples e complexo ao mesmo tempo.

2.3 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE

Nos últimos anos, a educação ambiental assumiu o grande desafio de garantir a construção de uma sociedade consciente e sustentável, em que valores morais como cooperação, união, generosidade e tolerância sejam promovidos na relação com a terra e seus recursos disponíveis, e respeito à diversidade. No entanto, a prática de EA na educação formal encontrou muitos obstáculos. Carvalho (2006, p. 72) fez o seguinte questionamento: “Afim, como ocupar um lugar na estrutura escolar a partir dessa realidade do meio ambiente?” Para o autor, ao construir EA existirá uma disciplina de domínio, ela não só pode adquirir significado extenso, mas também não pertence a nenhuma parte da estrutura curricular e do currículo efetivo, ou seja, o currículo ensinado em sala de aula na educação básica.

Sob esse viés, a educação ambiental pode e deve estar ligada à ciência como base para o crescimento e desenvolvimento da maturidade social, intimamente relacionada às relações sociais e experiências humanas, tanto em termos sociais e culturais, quanto nas relações afetivas. Embora, observa-se que seu conceito ainda está relacionado apenas à proteção e preservação da natureza, as pessoas devem fazer parte do meio ambiente, agentes ativos e contribuintes para uma sociedade justa e inclusiva.

As discussões envolvendo questões como meio ambiente e a conscientização da necessidade do desenvolvimento sustentável e da educação ambiental têm inspirado grandes conferências e organizações ao redor do mundo, ampliando oportunidades para uma discussão permanente de temas, interfaces, alternativas e responsabilidades compartilhadas. Não basta apenas legislar para orientar o uso racional dos recursos ambientais, ainda tem muito espaço para melhorias na construção do ambiente socioeducativo e da responsabilidade social da escola (COPATTI, 2017).

Assim sendo, ao avaliar as relações sociais com o meio ambiente pode-se entender que elas são estão em todos os lugares e em todos os ecossistemas, onde são utilizados todos os tipos de recursos, renováveis ou não, a importância de construir formas sustentadas e eficazes de conscientização. Além disso, na origem, somos sujeitos extremamente dependentes uns dos outros, vivendo em sociedade, acabando por se reunir nas cidades e passando a usufruir de uma sociedade de consumo, o que é incompatível com a ideia de desenvolvimento sustentável.

Os custos ambientais envolvidos no uso e mau uso dos recursos naturais ampliam a necessidade de educação ambiental para futuros trabalhadores, empresários, agricultores, empresários do agronegócio e demais cidadãos. Dentre esses custos, estão os custos relacionados à implementação da gestão ambiental. Como os custos ambientais não são especificamente definidos, a gestão ambiental é delineada em um difícil processo de mensuração monetária.

Portanto, é necessário definir ou avaliar o valor ou custo associado a fatores ambientais, tais como: perda de solo levando à diminuição da produtividade das culturas, principalmente devido à perda de nutrientes, erosão hídrica, perda de cobertura florestal, perda de espécies florestais, perda de fauna etc. Uma vez concluído, espera-se que o planejamento consciente ocorra sob a premissa de ações futuras que reflitam o bom comportamento ambiental (PINTO, 2012).

No entanto, além desses eventos que envolvem impactos ambientais substanciais, ainda é apropriado considerar o custo ambiental da erosão hídrica do desenvolvimento agrícola como resultado das atividades humanas cotidianas nas áreas rurais como um custo ambiental, é um dos principais problemas de manejo do solo no país.

Compreende-se que a escola deve promover uma melhor compreensão ao que se refere o entendimento diante da educação ambiental, levando assim que

esses alunos possam intensificar uma melhoria no espaço em que vivem e mostrando sobre a importância dos cuidados que deverão ser tomados quanto a busca de dias melhores, sem que seja feita tanta destruição no solo, no ar, ou seja, na natureza.

Nesse sentido, todos os aspectos discutidos acima devem fazer parte do processo de implementação de medidas, incluindo a educação ambiental, especialmente quando se entende que o artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) contém explicitamente direitos ambientais. Embora o campo de pesquisa em educação ambiental tenha se desenvolvido muito em termos de educação escolar e responsabilidade social, desde a CF de 1988 e outras legislações já citadas, ainda é necessário fortalecer a relação entre aprendizagem e professores, e continuar a educação ambiental com prática docente e construção de currículos escolares e programas de educação ambiental.

Não há dúvida de que a escolarização em relação à educação ambiental e o entendimento que abraça a perspectiva conceitual da responsabilidade social está ligado ao perfil educacional, partindo imediatamente de uma ruptura epistemológica válida com um saber que às vezes se concentra apenas na tecnologia, aspectos da ciência a serviço dos interesses em expansão do capitalismo (CARVALHO, 2017).

Morin (2009) enfatiza que esse esforço de reforma do pensamento deve começar desde o ensino infantil e não ignorar sua importância até nas aulas de universidade, mas, para o autor, é neste que se deve se beneficiar das formas complexas naturais e espontâneas do espírito da criança para desenvolver uma consciência da relação entre problemas e dados.

Isso significa ver a cultura e sua construção como algo decisivo para a sociedade, uma lente da ação humana, uma construção social que se dá nas relações sociais humanas e na produção e construção da experiência, incluindo que continuem dos conhecimentos escolares levando em toda a vida e que de alguma forma influencie no futuro como ser humano, como empreendedor ou buscando melhorias contínuas sobre o meio ambiente.

Rüsen (2014) aponta que a cultura dá ao ser humano a possibilidade de dar sentido às suas ações no mundo e à forma como agem. Assim, esses processos derivam da prática humana, da ação racional e de diferentes significados associada à natureza. Nesse sentido, é de extrema importância gerar novas perspectivas culturais, compreender as complexas relações de interdependência e pensar nesse

contexto, compreender que as relações sociais e o meio ambiente geram custos ambientais e nesse modelo econômico por meio do abuso e da conservação.

Portanto, a responsabilidade social só pode ser verdadeiramente compreendida, desvendada e disseminada se for aplicada à educação escolar e à educação cívica. Nos debates, vários aspectos da ciência, história e sociologia estão constantemente entrelaçados, o que pode ser reconhecimento, que leva à ampliação e continuidade da responsabilidade social consciente, e é nessa perspectiva que conceitos como sustentabilidade se aplicarão e afetarão gerações.

Segundo Carvalho (2012), na atualidade onde já é visto pelos meios de comunicação o desperdício de materiais que podem ser reciclados, as enchentes frequentes em vários lugares que são causados pelo acúmulo de descarte errado de lixo e outros jogados de forma errônea tornam-se um agressivo ao meio ambiente, levando a esses desastres contínuos, dessa forma na escolarização os alunos terão uma visão através de detalhes mostrado e explicados por seus professores sobre a importância de manter o equilíbrio através do cuidado com o meio ambiente.

Diante desse questionamento é importante frisar que as crianças já acompanham nas mídias e redes sociais os desastres que acontece em todo o mundo e assim associar enchentes e deslizamentos de algumas áreas como a degradação causada pelo homem e como isso é prejudicial para o meio ambiente e seu futuro. Deve-se elevar assim, o questionamento através do seu aprendizado do que poderia ser feito para equilibrar esse espaço e fazer um trabalho que venha ser positivo diante dos desastres ocorridos, como descartar materiais e objetos que não são mais utilizados, como preservar o espaço em que vive, mas que interfira diretamente em seu posicionamento diante do equilíbrio ambiental.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INFÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DESTE DEBATE NO CENTRO INFANTIL PROFESSORA IRENE BRELAZ, EM JACAREACANGA-PA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico deste estudo pautar-se-á numa abordagem qualitativa em que o pesquisador tem várias tarefas, como planejar o estudo, providenciar as situações a serem observadas, entrevistar as pessoas, avaliar as informações, reunir fragmentos ideias, escrever os relatórios (STAKE, 2016). Assim, o desenvolvimento deste trabalho ocorreu em dois momentos.

Primeiro, a realização da revisão de literatura dos principais autores que tratam do tema do meio ambiente e da sensibilização para sua preservação por meio da educação. Por meio da pesquisa bibliográfica explorou diversos aspectos da temática ambiental e as implicações no cotidiano escolar. Desse modo, utilizou-se as obras de autores como: Alves (2013), Dias (2010), Jacob (2011), BNCC (BRASIL, 1998, 2017, 2018), Duarte (2014), Souza e Campos (2013), Pinto (2012), assim como as legislações brasileiras sobre a preservação do meio ambiente e a Educação Ambiental.

A realização da pesquisa bibliográfica possibilita a compreensão de que para se ter um desenvolvimento de uma proposta efetiva de Educação Ambiental na Educação Infantil é necessário mais do que conceito e informações, e sim que, as instituições de ensino estejam dispostas a trabalhar com formação de valores nas turmas de crianças.

Como segundo momento, foi efetuado um estudo de campo com aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas direcionado a uma amostra de 12 (doze) professores da educação que atuam no Centro Infantil Professora Irene Brelaz, município de Jacareacanga, estado do Pará. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 186), a pesquisa de campo é utilizada quando se busca informações, “para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Para tanto, a utilização do questionário é fundamental por se constituir em uma técnica de investigação com questões que possuem o propósito de obter informações (GIL, 2002).

O autor ainda chama a atenção para refletir sobre todos os aspectos da pesquisa antes de se valer de um questionário para fazer a coleta de dados. Desse modo, ressalta-se aqui que os doze participantes dessa pesquisa são formados em Licenciatura Plena em Pedagogia, sendo que sete desses profissionais (52%) trabalham na educação infantil de 4 a 8 anos cinco educadores (48%) atuam há mais de nove anos, conforme apresentado no **gráfico 1**.

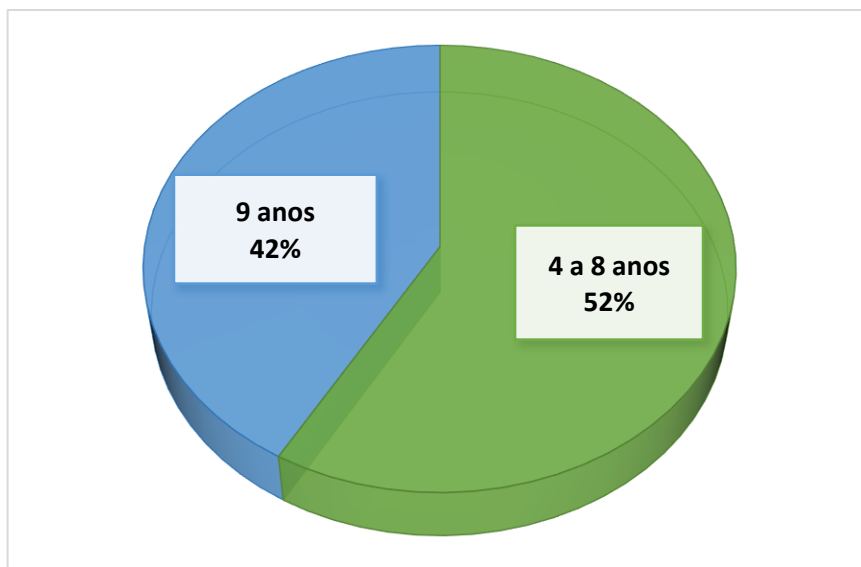


Gráfico 1. Tempo de docência na Educação Infantil. Fonte: Professores do Centro Infantil Professora Irene Brelaz, Jacareacanga-PA (2022).

Verifica-se que os professores já atuam há bastante tempo na educação infantil, isso vem se tornar um diferencial no conhecimento necessário em sala de aula, e principalmente sobre atuar na mesma escola que vem já trabalham com projetos voltados à temática ambiental.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Centro Infantil Professora Irene Brelaz está situado na travessa Presidente Médici, s/n no bairro Bela Vista, nesta cidade de Jacareacanga, no estado do Pará. A Escola foi fundada no dia 3 de fevereiro de 1993 e recebeu o nome da Professora Irene Brelaz que era uma profissional dedicada à educação do município, a mesma mudou-se para Jacareacanga com sua família e permaneceu no corpo docente até se aposentar, com seu falecimento e a construção do Centro Infantil, foi feita essa homenagem.

O quadro funcional desta escola atualmente é constituído por uma equipe formada 01 (uma) diretora, 01 (uma) secretária e 02 (dois) auxiliares administrativos, um núcleo pedagógico formado por 02 (duas) coordenadoras pedagógicas, 21 (vinte e um) professoras regentes de classe e 02 (duas) professoras do projeto de leitura, 04 (quatro) vigias, 04 (quatro) merendeira e 07 (sete) serventes. Contêm um quadro discente formado por 330 alunos, devidamente matriculados em dois turnos, matutino maternal, jardim I, vespertino jardim I e jardim II, que primam pelo lema “Educar para Vencer”.

O espaço físico do Centro Infantil Irene Brelaz, contêm 02 (dois) pavilhões A e B, com 08 (oito) salas de aula, sendo 04 (quatro) em cada pavilhão, 02 (dois) depósitos, 01 (um) para material didático, e o outro para guarda a merenda escolar, 01 (uma) cozinha, 01 (um) refeitório, 06 (seis) banheiros, 01 (um) para cadeirante, 02 (dois) infantil, 01 (um) masculino, 01 (um) feminino, 02 (dois) para funcionários, 01 (um) para crianças do maternal estruturado para educação infantil, 01 (um) bebedouro, 01 (uma) área para descanso, e 01 (uma) secretaria anexa a diretoria da escola. O Centro Infantil Irene Brelaz, é todo construído em alvenaria, piso lajota antiderrapante com telha de barro pintada de vermelho escuro, as cores predominantes são o azul e o branco que são padrão municipal.

A escola ainda conta com projetos de intervenções sobre a Educação Ambiental e seus avanços para a melhoria do meio ambiente em geral, buscando realizar processos de incentivo e cuidado do mesmo para um futuro melhor.

3.3 RELATOS DOS PROFESSORES

A Educação Ambiental vem se tornando cada vez mais um assunto necessário para a preservação do ambiente, dessa forma demonstrar e aplicar nas aulas na Educação Infantil é um fator importante, uma vez que as crianças estão no período de conhecimento e levarão essa informação para as séries que irão sempre está mais aprofundada e principalmente para a sua vida.

Inicialmente solicitou-se aos professores colaboradores da pesquisa que dessem opinião na questão 1: **Quando se fala de Educação Ambiental o que vem na sua mente?** As concepções dos educadores infantis constam no gráfico 2, em que a maioria (44%) disse que conscientizar o aluno de que todos os elementos pertencem ao meio ambiente; já (37%) toda e qualquer atividade ou ação que visa a

conscientização socioambiental, e (19%) que é uma disciplina da escola que fala sobre o meio ambiente.

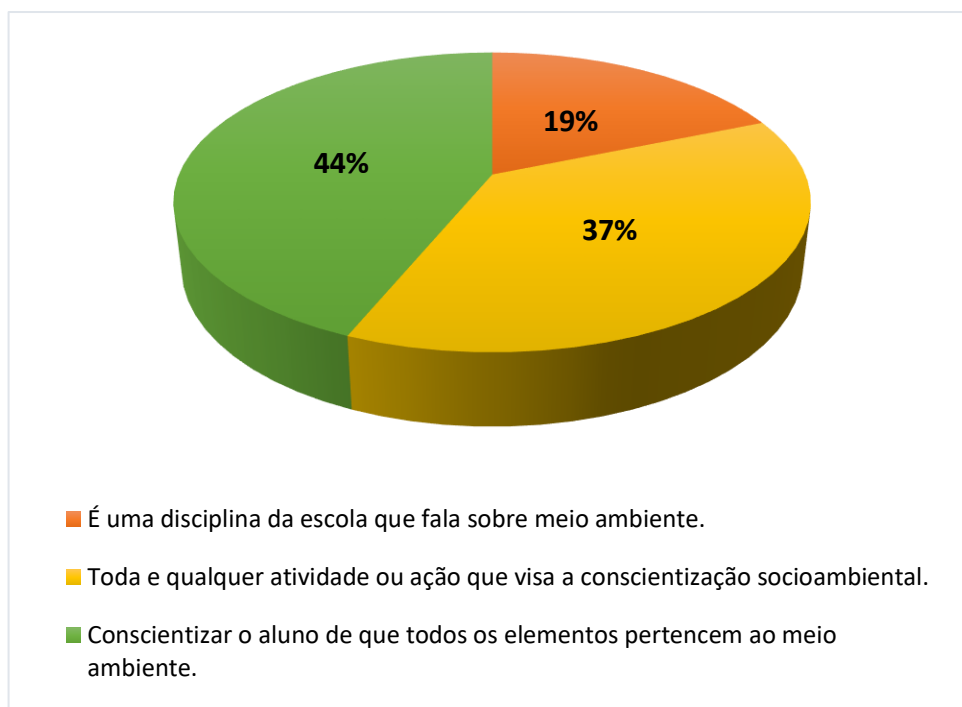


Gráfico 2. Quando se fala de Educação Ambiental o que vem na sua mente? Fonte: Professores do Centro Infantil Professora Irene Brelaz, Jacareacanga-PA (2022).

Em maioria, os entrevistados responderam que o mais importante é a conscientização dos alunos que os elementos pertencem ao meio ambiente, e isso se tornará um aliado para que essa criança leve para si sobre os cuidados que precisa ter para preservar esses elementos e ficar assegurado para que não venha faltar-lhe. De acordo com Dias (2014) é importante que o profissional atuante na educação infantil tenha conhecimento para aplicar suas aulas com o tema de Educação Ambiental, e nessa fase escolar deixe claro para as crianças sobre a importância que é cuidar para que do meio ambiente.

É necessário que o professor da Educação Infantil tenha conhecimento sobre o assunto que irá abordar em sala de aula, para que tenha uma visão clara e um bom entendimento dos alunos e assim será promovida a informação sobre os cuidados com o meio ambiente.

Na questão 2, destacou-se: **Você considera importante a implantação da temática ambiental na grade curricular da Educação Infantil?** O relato dos pesquisados demonstram o conhecimento e cuidado em tratar da temática ambiental no cotidiano da educação infantil e utilizar práticas diferenciadas, na medida do

possível da realidade escola. Os entrevistados relatam sobre a importância da Educação Ambiental, pois através dela os alunos da Educação Infantil terão uma visão da importância sobre sua conservação. Destacam ainda que já é aplicado em sala de aula através da abordagem nos campos de experiências na BNCC infantil que trata do assunto, conforme o Professor 6.

Nessa perspectiva, alguns entrevistados como os professores 3, 5, 7,10 e 11 ressaltam a necessidade de práticas de *“conscientizá-los sobre a importância dos cuidados com o ambiente e eles terão hábitos diferentes seja na escola ou em outro ambiente”*. Para Alves (2013), a conservação do meio ambiente é uma temática que vem ganhando força pela preocupação cada vez mais pelos ocorridos como queimadas, poluição e desmatamento, diante disso é necessário que desde cedo as crianças tenham conhecimento que a conservação é um aliado que pode evitar esse tipo de situação.

O professor 12 afirma a relevância de tratar sobre a Educação ambiental na escola, “porque é o processo de educação responsável por formar indivíduos preocupados com o meio ambiente e busque a conservação e preservação do mesmo”. Nesse questionamento a escola busca intervir através da aplicação de aulas e projetos que venha tratar desses assuntos para conhecimento desses alunos, e assim buscar que no futuro eles tenham responsabilidade e possam intervir de alguma forma responsável como conservação do meio ambiente, ou até mesmo trabalharem esse tema com familiares e profissionais.

É importante que seja realizado metodologias que intensifiquem a aplicação da disciplina. Nessa acepção, sabendo da realidade escolar perguntou-se na questão 3: **Você é incentivado a desenvolver pequenos projetos ou atividades ambientais com seus alunos?** As respostas dos professores estão demonstradas no gráfico 3. Sobre a questão de aplicação de projetos e atividades ambientais (83%) relataram que utilizam metodologias como projetos, datas comemorativas, dia do meio ambiente e atividades que auxiliem no conhecimento dos alunos sobre a conservação do meio ambiente, como jogar lixo no local ideal. Projetos de plantação de mudas e sobre o cuidado da mesma para seu crescimento, incentivando sobre a importância de plantar.

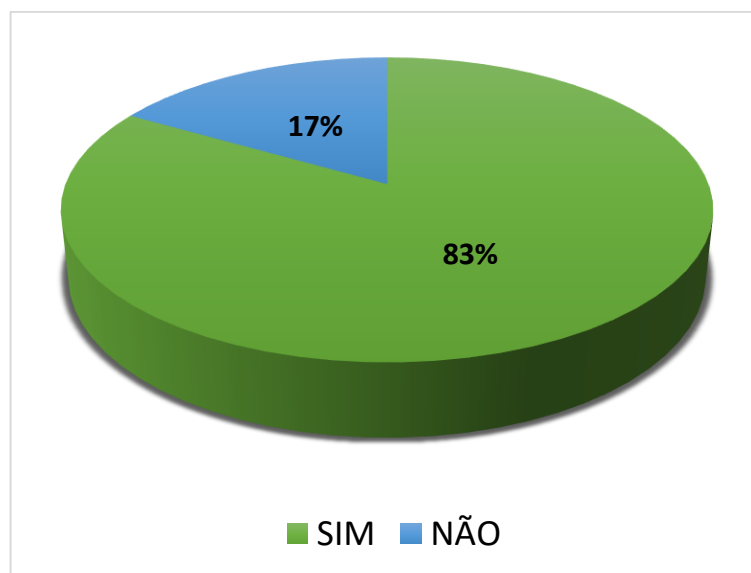


Gráfico 3. Incentivo para desenvolver pequenos projetos ou atividades ambientais. Fonte: Professores do Centro Infantil Professora Irene Brelaz, Jacareacanga-PA (2022).

Mesquita (2013) relata que os professores precisam abordar metodologias em sala de aula que seja vivenciado no campo escolar, como a plantação de mudas de árvores, construção de hortas para uso de merendas e refeições na própria escola, buscando demonstrar para os alunos a importância do cuidado com o meio ambiente e como pode usufruir para si próprio.

Assim, os projetos e metodologias precisam ser trabalhados de forma que os alunos entendam a importância da preservação e do meio ambiente, e que tratando com responsabilidade pode usufruir o que se planta, respeita a flora e a fauna sem prejudicar o solo, por exemplo, sem contaminações.

Quanto à frequência do trabalho com as questões ambientais em sala de aula, na questão 4 indagou-se: **Com que frequência, durante o ano letivo, é falado sobre os temas ambientais em sala de aula?** No gráfico 4 estão descritos os resultados encontrados. Diante da frequência com que é utilizado temas ambientais, 58% dos entrevistados destacaram que sempre abordam nas aulas, e especialmente no dia do meio ambiente, mostrando a importância dos cuidados como jogar lixo no lixeiro, não deixando por qualquer lugar que venha prejudicar o meio ambiente. Enquanto, 25% responderam que às vezes em datas comemorativas em que a escola promove eventos e, por fim, 17% afirmaram que raramente abordam o tema.

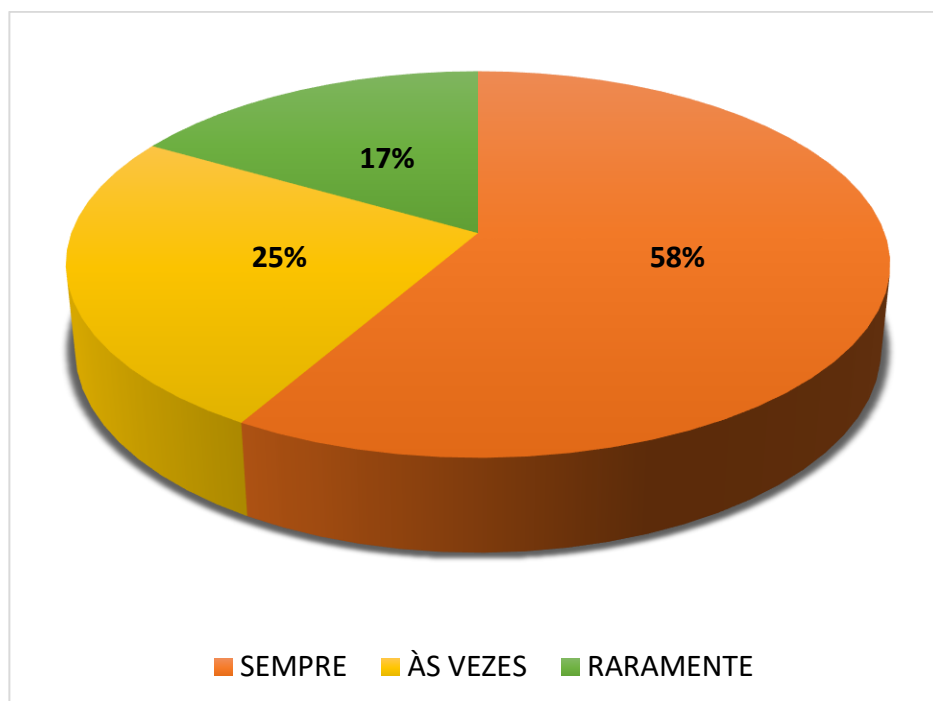


Gráfico 4. Com que frequência é tratado sobre os temas ambientais em sala de aula? Fonte: Professores do Centro Infantil Professora Irene Brelaz, Jacareacanga-PA (2022).

Para Dias (2014) é importante que a escola esteja sempre vivenciando momentos com o meio ambiente trazendo para a sala de aula o que pode prejudicar esse espaço e qual dano o ser humano sofre por não haver pudor. Vale ressaltar que o dia 05 de junho é comemorado o Dia do Meio Ambiente e é um momento único para ser lembrando com projetos e intervenções de cuidados ao meio ambiente.

Diante do exposto destaca-se a importância de não só abordarem na data que é comemorado o Dia do Meio Ambiente, mas sim sempre sobre os cuidados mínimos que eles próprios terão no espaço e levarão para o seu dia a dia, referenciando aos pais e a comunidade sobre o cuidado que é preciso ter, de como pode evitar a poluição e enchentes por exemplo.

As metodologias são de grande relevância para tratar melhor sobre temas, diante disso perguntou-se aos professores que atuam na Educação Infantil na questão 5: **Quais os meios utilizados por você, para desenvolver atividades sobre questões ambientais com as crianças?** As respostas dos professores estão demonstradas no gráfico 5.

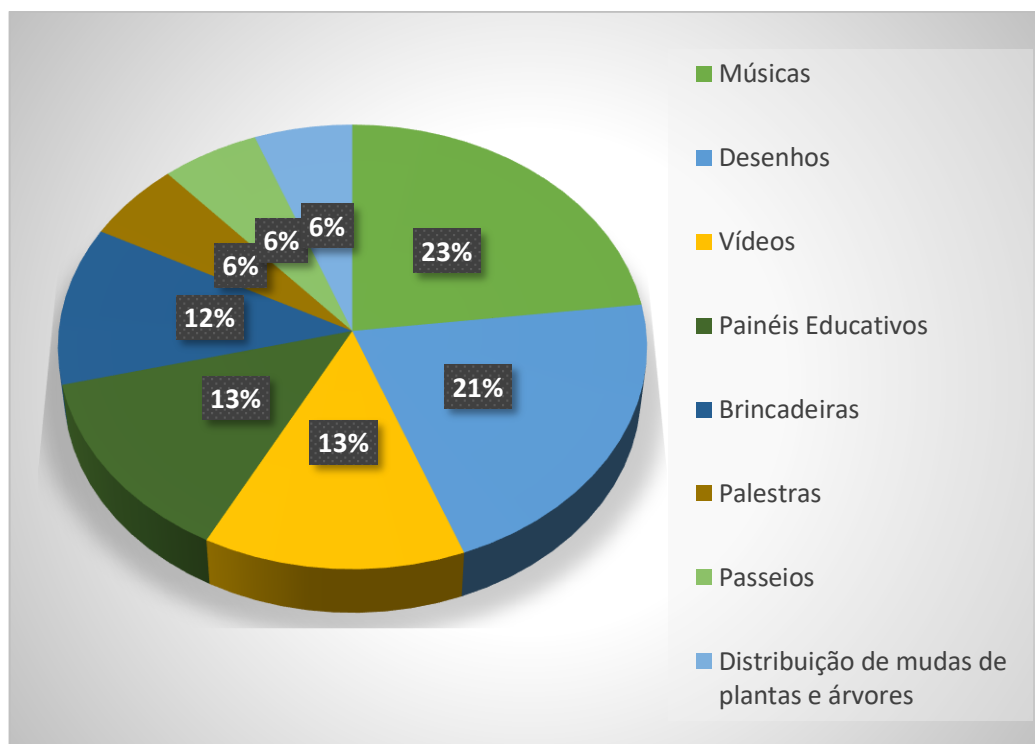


Gráfico 5. Estratégias pedagógicas para trabalhar as questões ambientais. Fonte: Professores do Centro Infantil Professora Irene Brelaz, Jacareacanga-PA (2022).

Os professores relataram (23%) que utilizam como métodos o uso de músicas que falem sobre desmatamento, destruição do solo, enchentes e como são causados pela irresponsabilidade do ser humano, (21%) através de desenhos e 13% o uso de vídeos destacando o que já foi mencionado. E na sequência ainda destacaram metodologias como painéis educativos, brincadeiras, palestras, passeios e por fim distribuição de mudas de plantas e árvores. Segundo Martinelli (2016) as crianças no ensino infantil assimilam rápido tudo que é composto por cor, imagens e som. Dessa forma é a forma mais correta para que se desenvolva metodologias de ensino que estejam voltados para esses parâmetros, buscando sempre o melhor entendimento de cada um.

Nesse questionamento os vídeos chamam bastante a atenção das crianças pelas sintonias de imagens e movimento que causam para a visão infantil, músicas com letras sobre o meio ambiente e o que prejudica esse espaço, desenhos que trarão mais conhecimento dos mesmos sobre o assunto em destaque.

Para uma melhor conscientização é necessário que tenha educação e demonstração sobre a separação do lixo, desse modo perguntou-se na questão 6: **Na escola existe o processo de separação de lixo produzido pela comunidade escolar?** Os entrevistados foram unânimes em informar que na escola não há

separação do lixo, pois a mesma necessita de orientação para esse trabalho, entretanto, já aconteceram alguns projetos em anos anteriores que primavam pela orientação na separação correta do lixo doméstico.

Kassiadou (2018) descreve que é importante que a escola realize o processo de separação do lixo uma vez que torna o a atitude como um processo que faça os alunos a se adaptarem a esse meio que é importante e necessário, uma vez que ao ser coletado os responsáveis estão cientes do cuidado que precisam ter onde está o material que contém vidro e assim por diante.

Diante do exposto entende-se que o utilizado em sala de aula soa como exemplo para as crianças levarem até suas casas, como evitarem a mistura de materiais que possam ser reciclados e reutilizados, e ainda assim evitando transtornos como quebra de garrafa durante o processo de recolhimento.

Na sequência indagou na questão 7: **Durante seu Curso de Graduação em algum momento ou por meio de uma disciplina foi tratado da temática Educação Ambiental?** Nesse caso, todos os professores relataram que no Curso de Pedagogia foi tratado da história, concepções e legislação da educação ambiental que possibilitou a ampliação de seus conhecimentos nesta área; assim como a importância da escola e do professor trabalhar com estratégias didáticas para a promoção da sensibilização do aluno.

Na última questão abordou-se sobre **os desafios a serem superados na prática pedagógica em Educação Ambiental**, questionando os educadores da Escola Infantil de forma a conhecer suas opiniões. Desse modo, o gráfico 6 traz o resultado encontrado.

Sobre os desafios que precisam ser superados (24%) dos profissionais responderam que precisa da conscientização da comunidade do cuidado com o meio ambiente; e com (14%) respectivamente afirmaram que se deve reaproveitar materiais para reciclagem; há pouco incentivo dos gestores e a falta de conhecimento do meio ambiente são desafio que precisam ser superados. Ainda foram destacados a falta de investimentos, o uso de novas metodologias, mais participação da família, recursos didáticos insuficientes para o desenvolvimento das aulas e o incentivo da coleta seletiva.

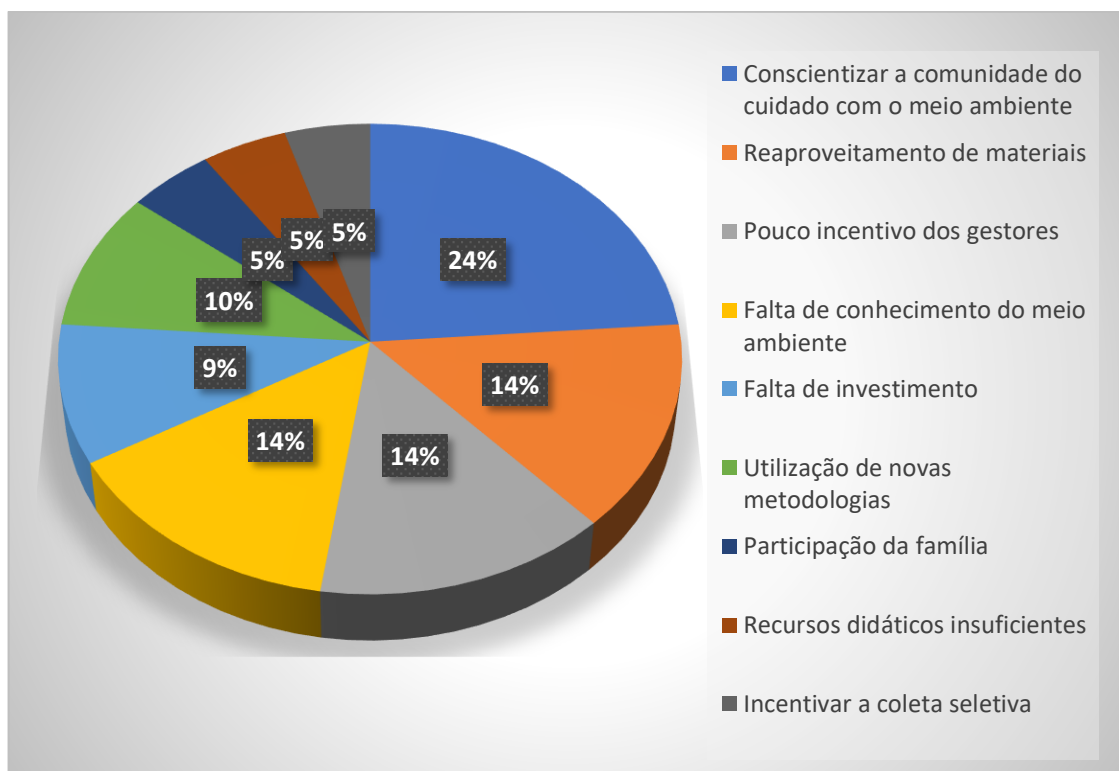


Gráfico 6. Desafios a serem superados na prática pedagógica em Educação Ambiental. Fonte: Professores do Centro Infantil Professora Irene Brelaz, Jacareacanga-PA (2022).

Duarte (2014) frisa que é necessário que os gestores tenham conhecimento sobre o assunto de Educação Ambiental e de que forma pode auxiliar seus professores na aplicação das aulas, em como pode ser utilizados materiais para reciclagem, colocando os alunos para realizarem trabalho de pinturas e outros, para se aplicar essa prática é necessário entender sobre a disciplina.

Destaca-se a importância do conhecimento dos professores e demais profissionais da escola diante do assunto que é a disciplina de Educação Ambiental, uma vez que cada dia mais acontece novos problemas que degradam o meio ambiente e para solucionar essa problemática é usado essa disciplina que auxilia os alunos a conhecerem um pouco do que realmente precisa para essa Educação Ambiental, por isso cursos profissionalizantes e pós-graduações são necessárias.

3.3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Assim como a prática da separação de lixo e sua destinação é fundamental trabalhar com orientação na educação infantil, também é importante que haja mais incentivo por parte dos gestores de escola, pois essa foi uma das falas de professores, é necessário que tenha reuniões que busque melhores condições e

como serão aplicados aulas, projetos e intervenções. Destacando sempre melhores condições de entendimento do público que são as crianças e projetos que leve os pais e a comunidade, até à escola para participarem do momento.

Lembrando que o momento é importante para que os alunos aprendam e levem para sua vida que eles podem ser promotores dos cuidados e da preservação do meio ambiente, como os cuidados de separação de lixo e principalmente de não jogarem em locais inapropriados evitando assim enchentes e outros ocorridos que venha causar transtornos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental abrange uma educação que interfere nos valores que cada ser humano, e isso modificam os hábitos que envolvem o meio ambiente em si. Isso traz com que a criança aprenda desde cedo sobre o que pode fazer para melhorar e evitar danos ao meio ambiente, buscando sempre de forma positiva alcançar esse objetivo. Nesse aspecto, esta Monografia abordou as concepções históricas e conceituais da Educação Ambiental com o intuito de minimizar a devastação e degradação do meio ambiente, mesmo com toda a busca por esse objetivo ainda são necessários que a cultura da sociedade esteja relacionada com esse fator, pois o indivíduo está sempre em prol de seus interesses através de construções alterações desejadas.

Na Educação Infantil quando se introduz a Educação Ambiental busca gerar transformações que interfiram no valor da pessoa, e assim promover atitudes que favoreçam o meio ambiente e seja transformado pelo incremento através da moral e intelecto dos alunos em sua vida. Desse modo, cabe ao docente o papel de mediar diante de construir o elo existente entre o discente e a Educação Ambiental, e principalmente saber usar como ferramentas para o ensino aprendizagem de cada aluno, realizando metodologias que tenham uma compreensão necessária e que faça com que as crianças se interessem e respeitem o meio ambiente.

Os centros infantis é o lugar onde a criança tem seu primeiro contato com a realidade do ensino e aprendizagem, e para isso é orientado por profissionais que percorreram uma trajetória acadêmica que saiba como evidenciar o processo de ensino, uma vez que a contribuição desse docente na concepção de um ser humano consciente e responsável na sociedade.

A importância da Educação Ambiental ocorre pela inclusão da temática no nível da educação infantil, com conteúdo sobre as questões ambientais que promova a sensibilização da necessidade do cidadão assumir uma cidadania, e que o ser humano respeite este espaço, isso ocorre através de práticas pedagógicas que possa mobilizar tanto o público escolar como também fora dela. As crianças demonstram interesse pelo tema da educação ambiental, a inserção da temática desde a infância é um método que intensifica o conhecimento do assunto desde cedo, realizando a prática de sensibilização com a preservação e manutenção do meio ambiente.

Para desenvolver sobre a Educação Ambiental é necessário realizar através das crianças e os pais também possam ser conscientes que para se tenha bons frutos no futuro é necessário pôr em prática métodos aplicados através da Educação ambiental. De que forma a Educação Ambiental interfere no aprendizado e vida social do indivíduo, a escola deve apresentar sobre questões ambientais, métodos que auxiliem na compreensão de elementos naturais, e diante disso demonstrar quais são as consequências absorvidas pelos atos do homem.

Os professores demonstraram ter dificuldades nos temas que abordam a Educação Ambiental, pois se queixam da ausência de alguns recursos. No currículo escolar está para ser apresentada as questões ambientais, mas pouco é utilizado, e os docentes buscam meios mais simples para promoverem suas aulas.

Por fim, na escola pesquisada há ocorrência de ações educativas que sensibilizem a criança para o cuidado com o meio ambiente, mas ainda é insuficiente, deveria ser mais explorado e trabalhado para a promoção da sensibilização na preservação e manutenção do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Carmen Rosa; PINHEIRO, Rosa Eunice Alves. **Educação Ambiental nos anos iniciais: A possibilidade de uma escola sustentável**. Trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Pedagogia. PAFOR, Universidade Federal Rural da Amazônia, 2015.

ALVES, Tancredo Moraes. Fatores associados a degradação do meio ambiente. **Rev. Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 472-480, 2013.

ANTUNES, Paulo Henrique Gomes. **A importância da adequação de aulas sobre o meio ambiente desde a educação infantil**. Editora Torres, v. 12, n. 4, p. 416-27, Campina Grande do Sul, 2005.

BARBOSA, Francisco Teixeira. **Educação Infantil e Educação Ambiental**. Arned, 1ª ed. Rio de Janeiro, 2008.

BARRAL, Ivaldo Ribeiro; PIMENTEL, Raimundo Silva. **Educação Ambiental – Sobre Princípios, metodologias e atitudes**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2006.

BRASIL. **Lei n.º 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal, 1988**. Acesso em 22 de dez de 2021, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

CARNEIRO, Rosa Maria Santos. **Educação Ambiental no Ambiente Escolar**. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

CASTRO, Mateus. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. **Anais do Seminário do 16º Cole**. UFF. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

CARVALHO, Maria Paula. **A realidade do meio ambiente no novo século**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CARVALHO, Salomão Gonçalves; RONGNOLI, Jhones Paul. **Entre a Técnica e os Direitos Humanos: possibilidades e limites diante da educação ambiental.** Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

CARVALHO, Renato Souza. Estudo das indicações sobre o meio ambiente no Brasil. **Rev Rene.** v. 11, n. 3, p. 114-135, 2017.

COPATTI, Gilvan Pedroso. Consequências da degradação do meio ambientes e estratégias pedagógicas? **Cadernos de Educação Pública**, Santa Catarina, v. 19, n. 6, p. 1.611-1.620, 2017.

DIAS, Matias Araújo. O meio ambiente e a educação ambiental, 2010. Departamento de Ensino e Pós-graduação em meio ambiente da **PANFOR**. Disponível em: <http://www.bvsam.iciet.meioambiente.br/teses/mabdias.pdf>>. acessado em: 28 de dez 2021.

DIAS, Patrícia Araújo. **Estatística da degradação do meio ambiente.** 5. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

DUARTE, Paulo César Lopes. Educação Ambiental aprendizado desde a Educação Infantil. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 3.Ed. Rio de Janeiro: Régis LTDA, 2004.

FREIRE, Willian. **Direito ambiental brasileiro.** 2. Ed. Rio de Janeiro: AIDE, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVEA, Arnaldo. **Educação Ambiental e a necessidade da conscientização.** 8 ed. Rio de Janeiro, RJ: Consultor, 2013.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão ambiental da Educação.** 8. Ed. Papirus, 2017.

JACOB, Pedro Matias. Educação Ambiental nas Escolas Públicas no Município do Rio de Janeiro. **Cad. Educação Pública.** Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 10-25, 2011.

KASSIADOU, Anne. **Educação Ambiental desde El Sur.** Macaé: Editora NUPEM, 2018.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M.C. **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2016.

LAYARARGUES, Suzana Rangel V. **Educação Ambiental no Universo Infantil.** Porto Alegre: Mediação, 2ª Ed. 2012.

LEATHER, Márcio Cardoso Freitas. **Didática do ensino da educação ambiental.** São Paulo, SP: FTD, 2015.

MACHADO, Maria Helena Wagner. **Imagens que falam: educação ambiental**. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

MACIEL, Francisca Pereira; BAPTISTA, Mônica Correia; MONTEIRO, Sara Mourão. **A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade**. Belo Horizonte: UFMG, FaE, CEALE, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, Marilu. **Aulas de transformação**. São Paulo: Peirópolis, 2016.

MESQUITA, Maria Fernanda Nogueira. **Valores Humanos na Educação: uma nova prática na sala de aula**. 2. Ed. São Paulo: Gente, 2013.

MORIN, Santiago Silva. **Institucionalização do meio ambiente no Brasil**. Ciência e meio ambiente, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.651-657. 2009.

PEDRINE, Ernest. **A necessidade da Educação Ambiental**. 9ª ed. Guanabara, RJ: Koogan, 2017.

PINTO, Naldo Rodrigues. Aspectos relacionados à desmatamento: um estudo comparativo entre regiões do Brasil, em São Luís, Maranhão, Brasil. **Cad. Ed. Pública**. v. 25, n. 7, p. 96, 2012.

RUSSEN, Wagner Garrido. Quais as problemáticas diante da educação ambiental. **Cad. educação**. Paraná, v. 22, n. 1, p. 46-53, 2014.

SALDANHA, Carolina Belei. **Educação Ambiental**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2016.

SANTOS, Érica Limeira. Educação Ambiental na Educação Infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, v. 59, n. 5, p. 42-58, 2006. 2014.

SANTOS, Marta Cardoso. **O Meio Ambiente dentro do espaço escolar**. Campina Grande do Sul, v. 12, n. 4, p. 416-27, 2017.

SARMENTO, Manuel. **Infância (in) visível**. Araraquara. SP: Junqueira & Marin, 2017.

SILVA, Américo Luís Martins. **Direito do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Volume 1: Impacto ambiental**. PNMA. SISNAMA. Licenciamento Ambiental. Responsabilidade Ambiental. Editora: Independently Published, 2014.

SILVA, Jéssica Fonseca. **O meio ambiente como fonte de ensino**. 5ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2016.

SOUZA, Jaime Medeiros; CAMPOS, Ângela Silva. **Educação Ambiental: Planejamento, metodologias e avaliação.** Porto Alegre: Mediação, 2013.

STAKE, Cláudio Rocha. **Um breve histórico da educação ambiental e sua importância na escola.** Campina Grande: Realize Editora, 2016.

APÊNDICE
QUESTIONÁRIOS AOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

FACULDADE DE ITAITUBA
ACADÊMICA: MARLETE MARTINS TEIXEIRA

Prezado (a) Professor (a),

O presente questionário tem por objetivo debater as percepções e práticas da Educação Ambiental nos Centros de Educação Infantil, para desenvolvimento da minha monografia de graduação em Pedagogia. Sua colaboração é muito importante para o resultado desse trabalho.

Identificação:

Qual a sua Formação? : _____

Tempo de atuação a Educação Infantil:

- () Menos de 1 ano () De 1 a 3 anos
() De 4 a 8 anos () Mais de 9 anos

QUESTÕES:

1) Quando se fala de **Educação Ambiental** o que vem na sua mente?

- () É uma disciplina da escola que fala sobre meio ambiente.
() Toda e qualquer atividade ou ação que visa a conscientização socioambiental.
() É a ciência que estuda os seres vivos.
() Conscientizar o aluno de que todos os elementos pertencem ao meio ambiente.
() Outro: _____

2) Você considera importante a implantação da temática ambiental na grade curricular da Educação Infantil?

- () SIM () NÃO

Justifique. _____

3) Você é incentivado a desenvolver pequenos projetos ou atividades ambientais com seus alunos? () SIM () NÃO

Se sim, de que forma? _____

4) Com que frequência, durante o ano letivo, é falado sobre os temas ambientais **em sala de aula?**

(☐) Sempre (☐) Às vezes (☐) Raramente

Quais assuntos são abordados? _____

5) Quais os meios utilizados por você, para desenvolver atividades sobre questões ambientais com as crianças?

(☐) Teatro (☐) Desenhos (☐) Cartilhas
(☐) Passeios (☐) Painéis Educativos (☐) Brincadeiras
(☐) Vídeos (☐) Palestras (☐) Músicas
(☐) Debates (☐) Coleta e separação do lixo
(☐) Outros. _____

6) Durante seu Curso de Graduação em algum momento ou por meio de uma disciplina foi tratado da temática Educação Ambiental?

(☐) SIM (☐) NÃO

Justifique. _____

7) Quais os desafios a serem superados na prática pedagógica em Educação Ambiental?

Agradeço a participação!